

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
CURSO DE PREPARAÇÃO

EVOLUÇÃO POLÍTICA  
DOS  
PAÍSES LATINO-AMERICANOS

1.<sup>a</sup> Parte

Gen. FLAMARION BARRETO LIMA



1969

980  
L432 e  
pte 1/1  
ex. 2

## SUMÁRIO

### 1ª FASE — 1830 a 1870

1. REPÚBLICA FEDERAL DO MÉXICO
2. REPÚBLICA FEDERAL DA AMÉRICA CENTRAL
3. REPÚBLICA DO HAITI
4. REPÚBLICA DE SÃO DOMINGOS

### 2ª FASE — 1870 a 1930

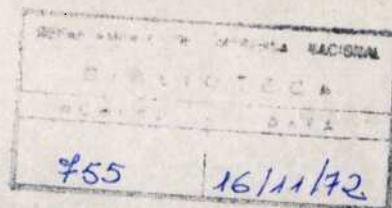
1. REPÚBLICA FEDERAL DO MÉXICO —
2. AMÉRICA CENTRAL
  - a. Guatemala
  - h. Nicarágua
  - c. Salvador
  - d. Honduras
  - e. Costa Rica
  - f. Panamá
3. REPÚBLICA DE CUBA
4. REPÚBLICA DO HAITI
5. REPÚBLICA DE SÃO DOMINGOS

### 3ª FASE — TEMPOS CONTEMPORÂNEOS

1. REVOLUÇÃO MEXICANA
2. REVOLUÇÃO CUBANA

A presente publicação c uma síntese realizada pelo Ten. Cel. NEY REZENDE do trabalho original.

As opiniões expressas nesta publicação não são, necessariamente, as da ECEME.



## 1ª FASE — 1830 A 1870

### a. Antecedentes

Os acontecimentos da independência fixaram três tendências políticas e três grupos de ação política no México:

— Os advogados das ideias republicanas que aceitaram o modelo norte-americano; adotaram-na homens de educação enciclopédica e admiradores dos Estados Unidos, como Lorenzo Zavala.

— Os saudosistas da tradição colonial que defendiam a Monarquia, ou a República Conservadora. Eram grande proprietários, comerciantes opulentos, como Lucas Alamán, que julgavam a Revolução obra dos grandes proprietários e da parte ilustrada da população e temiam a ameaça norte-americana.

— Os caudilhos, formados generais nas lutas pela independência, muitas vezes ignorantes, mas sempre homens de ação, lídimos representantes de grande parte da população. Eram desprezados pelos homens de pensamento, mas indispensáveis para que suas ideias repercutissem, praticamente, no seio da população. Eram homens, como o general António López de Santa Ana, que Lucas Alamán chamaria de o «herói monstruoso».

### b. De Santa Ana a Benito Juárez

O primeiro presidente da República do México foi o general Juan Manuel Félix Fernandez (Guadalupe Victória), que cumpriu, integralmente, seu mandato (1824-1829) e conquistou o último reduto espanhol, o Castelo de San Juan de Ullúa.

As eleições de 1828 foram ganhas por Gomez Pedraza, resultado ignorado por seu oponente general Vicente Guerrero, que apoiado pelo general Santa Ana foi reconhecido presidente da República, pelo Congresso, e empossado em abril de 1829. Durante o seu governo, a escravidão foi abolida e, auxiliado por Santa Ana, derrotou os espanhóis na tentativa de reconquista do México. Pouco depois, esse mesmo Santa Ana, que tinha auxiliado Guerrero na derrubada da Pedraza, aliou-se ao Vice-Presidente Bustamante em uma revolta para derrubá-lo e, posteriormente, fuzilá-lo.

Bustamante iniciou seu governo, em fevereiro de 1830, mas em menos de dois anos foi deposto por Santa Ana que se elegeu Presidente. Em abril de 1833, época de sua posse, o General Santa Ana ausentou-se do País passando o governo a ser exercido por Gómez Farias, Vice-Presidente, auxiliado por homens eminentes como José Luiz Mora e Lorenzo Zavala. Iniciou reformas, no México, abolindo os privilégios especiais do Clero e do Exército; secularizou os bens da Igreja, fechou as Universidades do México, dirigida pelos sacerdotes, introduzindo nelas práticas educacionais mais modernas. Respeitou a liberdade de opinião, instituiu o julgamento por tribunais de júri em casos criminais e reduziu o efetivo do Exército. Essas reformas levantaram os clamores do Clero e do Exército e levaram Santa Ana a regressar de seu exílio voluntário, assumir o governo e a anular todo o programa de reformas.

Durante duas décadas o general Santa Ana foi o árbitro da política mexicana. Convertendo-se em conservador e centralista, declarou que a democracia, no México, era impraticável porque os mexicanos não estavam amadurecidos para o autogoverno. Eri-giu-se em ditador com apoio do Exército e governou acima da Constituição; dissolveu o Congresso e, em 1836, promulgou nova Constituição, conhecida sob o nome de «Sete Leis». Essa Constituição, destinada a perpetuar o tipo de governo concebido por Santa Ana, restringia o direito de voto aos grandes proprietários e ampliava o mandato presidencial para oito anos, com direito à reeleição. Atribuía ao Congresso o direito de designar os governadores das Províncias e criava uma Junta Executiva, irresponsável, que concentrava todos os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A Constituição desagradou a muitos mexicanos e foi uma das causas da secessão do Estado do Texas e indiretamente concorreu para a desastrosa guerra de 1846-1848 com os Estados Unidos. A secessão do Estado do Texas acarretou o afastamento de Santa Ana do governo e as eleições de 1836 elevaram ao poder o general Anastásio Bustamante. Bustamante teve de enfrentar um ultimato francês, apoiado por navios de guerra, através do qual o governo francês cobrava uma indenização pelos atentados sofridos por franceses às suas propriedades no México. Com a mediação da Inglaterra e dos Estados Unidos, o México reconheceu a dívida de 600.000 pesos.

Em 1844, sob nova Constituição, Santa Ana voltou ao poder, como ditador, e no ano seguinte foi desterrado novamente. Voltaria à cena política em consequência da guerra com os Estados Unidos (1846-1848).

### (1) A secessão do Estado do Texas

Em 1820, Moses Àustin, norte-americano, persuadiu o Vice-Rei da Nova Espanha, Ruiz de Àpodaca, a conceder-lhe uma porção de terras no Texas. Com a independência do México, o novo governo confirmou a Stephen Austin, filho do antigo concessionário, a posse da terra concedida anteriormente. Em consequência, grande número de cidadãos norte-americanos se fixaram nessas terras, não se permitindo, porém, a esses imigrantes se estabelecerem em colônias isoladas. Tomaram-se, por outro lado, providências para incrementar a fixação de mexicanos nessa área e a Constituição foi alterada, unindo-se os Estados do Texas e o de Coahuila em um só Estado da Federação. Assegurou-se, assim, a maioria mexicana, no novo Estado, e, conseqüentemente, sua representação majoritária na Assembleia do Estado.

Em 1825, o presidente John Quincy Adams e o Secretário de Estado Henry Clay iniciaram negociações para compra de parte, ou de todo o território do Estado do Texas. Os mexicanos começaram, então, a suspeitar das verdadeiras intenções dos Estados Unidos, no que foram estimulados por Ward, representante da Inglaterra.

O problema começou a se complicar quando o presidente Vicente Guerrero aboliu a escravatura, pois a maioria das 300 famílias norte-americanas, estabelecidas no Estado do Texas, era proprietária de escravos e não estava disposta a acatar uma lei que a privava de uma propriedade que julgavam legítima. O governo mexicano reafirmou sua decisão de abolir a escravidão em todo o território da República, ignorando a oposição dos colonos norte-americanos no Estado do Texas. Entrementes, o presidente Andrew Jackson retomou o projeto de compra do Texas, levando o governo mexicano a proibir a entrada de colonos que não possuíssem passaportes mexicanos e incrementou a fixação de naturais do México nessa área, chegando a enviar para lá criminosos egressos das prisões.

Os norte-americanos não gostaram dessa providência e mais se irritaram com a chegada de um contingente de soldados mexicanos, encarregado de cobrar direitos aduaneiros, provenientes de mercadorias importadas do México, desde que foram proibidas, em 1830, essas importações dos Estados Unidos.

Por outro lado, haviam entrado no Texas imigrantes norte-americanos apegados à liberdade de crença e de religião diferente da católica, religião do Estado no México. Novos conflitos surgiram em função dessas divergências religiosas.

Havia *descontentamento* e desapontamento numerosos, no Estado do Texas, criados pelas suspeitas dos mexicanos quanto às verdadeiras intenções dos Estados Unidos pela questão da escravidão e *intolerância* religiosa, pela cobrança de direitos aduaneiros e outros impostos, pelo contrabando e a resistência passiva dos norte-americanos para cumprir leis e regulamentos expedidos pelo governo do México. Mas a situação se mantinha calma e a possibilidade de uma solução radical para a questão texana parecia remota.

A reforma centralizadora, empreendida pelo governo do general Santa Ana com as «Sete Leis» iria, porém, precipitar os *acontecimentos*. Os texanos, em defesa de sua autonomia, se revoltaram, apoderando-se de Goliad e San Ant3nio, declarando-se separados da Federaç3o mexicana e organizando um Governo Provis3rio. O presidente Santa Ana aceitou o desafio e, em 1835, enviou um Ex3rcito para submeter o Estado rebelde. Foi derrotado e, em consequ3ncia, o Estado do Texas se proclamou Estado independente em 20 de março de 1836. Santa Ana assumiu o comando do Ex3rcito e se disp3o a dominar o Estado seccionista. Derrotou os rebeldes em 3lamo, Goliad e San Ant3nio e tratou, *b3rbaramente*, os prisioneiros feitos. Mas, em abril de 1836, foi aprisionado em uma escaramuça em San Jacinto. Na pris3o aceitou o Tratado p3blico e o secreto, no qual se comprometeu a suspender as hostilidades e a preparar o reconhecimento da independ3ncia do Estado do Texas, em troca de sua liberdade. Os texanos impediram a execuç3o do Tratado e o governo mexicano n3o o reconheceu. Stephen Austin, o concession3rio norte-americano e Santa Ana apelaram, ent3o, para a mediaç3o do presidente Andrew Jackson da qual resultaria o reconhecimento da independ3ncia do Estado do Texas e sua incorporaç3o, posterior, aos Estados Unidos, como Estado *aut3nomo*, em 1845, apesar da oposiç3o do Congresso norte-americano, afinal *vencida*.

Consumou-se a perda do Estado do Texas, menos por incapacidade militar do general Santa Ana e do apoio dado pelos Estados Unidos, do que pelas diverg3ncias e 3dios que dividiam os pol3ticos no M3xico. O federalista Lorenzo Zavala defendeu a rebeli3o texana enquanto Luiz Mora lançou a culpa da secess3o na reforma centralista de Santa Ana. N3o admira, pois, a in3rcia do Estado mexicano ao enfrentar a rebeli3o do Texas.

## (2) *A guerra entre os Estados Unidos e o M3xico*

A anexaç3o do Texas aos Estados Unidos, em 1845, foi para os mexicanos uma prova evidente de que a secess3o desse Estado

era express3o do imperialismo norte-americano. O M3xico rompeu suas relaç3es diplom3ticas com a Rep3blica norte-americana, e dessa atitude 3 guerra, n3o havia mais do que um passo, pois as tens3es entre os dois pa3ses eram profundas e antigas.

Em 1840, constituiu-se uma Comiss3o Mista para fixar a soma que os mexicanos deviam pagar aos seus credores norte-americanos, devendo as decis3es da Comiss3o ser submetidas ao ju3zo arbitrai do Rei da Pr3ssia. A Comiss3o, em 1841, fixou o montante dessa d3vida em 20 milh3es de d3lares, pag3veis em 20 cotas *trimestrais*. Dessas cotas, foram pagas apenas tr3s e, em 1843, o M3xico al3m de se recusar a continuar o pagamento das cotas, determinou que os norte-americanos abandonassem os Estados do Norte e criou dificuldades ao com3rcio que se realizava atrav3s da fronteira com os Estados Unidos.

Em 1842, o comodoro Jones, da Marinha norte-americana, se apoderou de Monterrey, na Calif3rnia mexicana, num t3pico ato de guerra. O governo norte-americano puniu o oficial e ofereceu todas as desculpas, exigidas pelo M3xico, mas os mexicanos n3o ficaram tranquilos. Por outro lado, o contrabando praticado por norte-americanos causava grandes preju3zos ao tesouro mexicano.

Essas desconfi3ncias e ressentimentos eram agravadas pelo pessoal diplom3tico norte-americano, no M3xico, cuja atuaç3o dava margem a que os mexicanos acusassem os Estados Unidos de provocarem e fomentarem rebeli3es contra o governo do M3xico.

A tens3o, porém, se agravou com a quest3o *fronteiriça*, entre o M3xico e os Estados Unidos, resultante da incorporaç3o do Estado do Texas, 3 Uni3o. Os mexicanos pretendiam que o limite passasse no rio Nueces, enquanto os Estados Unidos o fixavam no Rio Grande. As diverg3ncias pol3ticas, surgidas nos Estados Unidos, entre escravistas e antiescravistas, criaram uma oportunidade para que os mexicanos adotassem uma atitude mais en3rgica, uma vez que os abolicionistas eram contr3rios 3 guerra contra o M3xico.

O Presidente James K. Polk (1845-1849), cujo programa de governo compreendia a *anexaç3o* do Texas, enviou John Slidell, ao M3xico, com a miss3o de comprar todas as terras *litigiosas*, situadas a oeste, at3 a Calif3rnia e se poss3vel a pr3pria Calif3rnia. O governo mexicano repeliu a proposta e o presidente Polk, que chegara a um acordo com a Inglaterra sobre o Oregon, resolveu enviar ao Texas um Ex3rcito sob o comando do general Zachary Taylor. Em princ3pio de 1846, o governo mexicano começou a concentrar forç3as ao sul do rio Grande, levando o presidente Polk a determinar ao general Taylor, que ocupasse a

margem norte do rio Grande, numa atitude imprudente e belicosa que os mexicanos receberam como verdadeira provocação, uma vez que tinham respeitado, na concentração de suas forças, a integridade da faixa litigiosa. As consequências dessa atitude belicosa de Polk não se fizeram esperar. No dia 12 de abril de 1846, o general mexicano exigiu que o general Taylor retirasse suas forças para o norte do rio Nueces, no prazo de 24 horas. Taylor repeliu o «ultimatum» e, no dia 26 de abril, produziu-se o primeiro choque entre os Exércitos confrontantes. Estava iniciada a guerra.

O primeiro ato dos Estados Unidos foi ajudar Santa Ana e regressar ao México na esperança de dividir o povo mexicano. Enganaram-se, porém. Santa Ana regressou de seu exílio, assumiu o comando do Exército e prosseguiu, vigorosamente, a guerra.

As forças norte-americanas ocuparam a Califórnia e, em setembro de 1847, a cidade do México.

A ocupação da capital da República marcou, virtualmente, o fim da guerra. Santa Ana foi deposto e em fevereiro de 1848 foi negociado o Tratado Guadalupe-Hidalgo. De acordo com esse tratado, os Estados Unidos retinham o Texas, cujos limites passariam no rio Grande, e incorporariam o vasto território, integrado, atualmente, pelos Estados da Califórnia, Nevada, Utah, Arizona e uma parte do Novo México, com uma extensão de 2 milhões de km<sup>2</sup>, incluindo o Texas. Em compensação, o México receberia uma indenização de US\$ 15 milhões, e a declaração de liquidação da dívida contraída com norte-americanos, arbitrada pelo Rei da Prússia, em 20 milhões de dólares.

Depois desse breve relato podemos alinhar, como causas da guerra entre o México e os Estados Unidos:

- A anexação do Estado do Texas à União norte-americana, em 1845, depois de longa discussão na Câmara e no Senado dos Estados Unidos
- A ocupação de Monterrey, na Califórnia, por uma esquadra norte-americana, sob o comando do comodoro Jones, em 1842, apesar da condenação pública do governo norte-americano a este ato e das desculpas oferecidas ao governo mexicano.
- As frequentes gestões do governo norte-americano para comprar as áreas litigiosas e outras, de seu interesse, acolhidas invariavelmente pelo México, com negativas e encaradas com apreensão.

- A questão de limites do Estado do Texas com o México, criando uma faixa litigiosa entre os rios Nueces e o Grande.
- O envio de tropas norte-americanas para o Texas, seguida da concentração de força mexicanas na margem sul do rio Grande.
- A ocupação da faixa litigiosa por forças norte-americanas, seguida do «ultimatum» do México, para que se retirassem no prazo de 24 horas e não atendido.

Como consequências podem ser apresentadas as seguintes:

- Perda pelo México de 2 milhões de km<sup>2</sup>, incluindo 500.000 km<sup>2</sup> representados pelo Texas.
- Ampliação do território, sob domínio dos Estados Unidos, até o Pacífico.
- Liquidação das antigas dívidas do México para com cidadãos norte-americanos e recebimento de US\$ 15 milhões, como indenização, pelos territórios perdidos.
- Desorganização política e económica do México e ressurgimento do general Santa Ana e das lutas desencadeadas após a guerra.
- A compra pelos Estados Unidos do território litigioso denominado «La Mesila» ao preço de US\$ 10 milhões, negociado por Santa Ana. O território adquirido colocava El Paso dentro dos Estados Unidos, garantindo o traçado de uma estrada de ferro para o Pacífico. (Tratado de Gladsden.)
- Novas tentativas de William Walker para conquistar áreas na Califórnia, enfrentadas, com êxito, por Santa Ana.
- Ressentimento do México para com os Estados Unidos, configurando antagonismos difíceis de serem superados.

#### c. De Benito Juárez ao Imperador Maximiliano

O general Santa Ana voltou ao poder em 1853 fazendo-se ditador. Os seus desmandos, porém, levaram seus inimigos a se unirem com o objetivo inicial de depor Santa Ana e estabelecer uma nova Constituição. Esse programa reuniu homens como Benito Juárez, Porfirio Díaz, os generais Alvarez e Comonfort. Em 1854, Santa Ana foi deposto, assumindo a Presidência o general Alvarez, o mais radical do grupo; Juárez e Comonfort se converteram nos membros mais influentes do gabinete.

Apesar da vigorosa oposição do clero católico, o novo governo retomou a política conduzida, anteriormente, por José Luiz Mora, visando a eliminar os privilégios da Igreja e do Exército, acusados de reacionários. A chamada «Lei Juárez» aboliu os tribunais especiais e suscitou veemente protesto do Papa Pio IX e de muitos militares. Alvarez renunciou em favor de Comonfort, que faria aprovar a «Lei Lerdo», que obrigava os ricos proprietários, fossem leigos ou eclesiásticos, a venderem suas terras, a fim de que os mais humildes pudessem ser, também, proprietários. A Igreja, que detinha mais da metade das terras de propriedade privada, teve parte desses bens confiscados e vendidos, recebendo o dinheiro proveniente dessa operação. No entanto, a plena execução dessa Lei foi dificultada pela oposição dos grandes proprietários, e a venda das terras não beneficiava aos que não as possuíam, pois estes não tinham dinheiro para comprá-las. Os beneficiados eram os capitalistas, que realizavam bons negócios, adquirindo-as.

A «Lei Lerdo» foi acompanhada de outras, como a que suprimiu a Ordem de Jesus, reduziu o efetivo do Exército, estimulou a mineração, a agricultura e o comércio, criou novas escolas e melhorou as comunicações.

Em 1857, foi promulgada a nova Constituição, calcada ainda na dos Estados Unidos. O México voltou a ser uma República Federal, com Presidente eleito indiretamente pelo Congresso, composto de uma só Câmara. A Constituição concedeu direito de voto aos cidadãos e incorporou princípios democráticos muito avançados, muitos deles acima da compreensão do homem médio.

A Constituição tinha menos de um ano, quando o Presidente Comonfort foi deposto e substituído por Felix Zuloaga, conservador clerical que não conseguiu dominar todo o país. Benito Juárez, chefe dos liberais, apoderou-se das cidades do Golfo e do norte da cidade do México, instalando um governo dissidente, que continuou com maior vigor a impor os princípios constitucionais. Novas leis, visando a separar definitivamente a Igreja do Estado e a nacionalizar seus bens (avaliados em US\$ 45 milhões), foram decretadas por Juárez, que procurou se aproximar dos Estados Unidos. O Presidente Buchanan, em 1859, submeteu ao Congresso norte-americano um pedido de intervenção no México, não aprovado.

O domínio de Juárez na costa do Golfo levou o governo, estabelecido na cidade do México, a lançar pesadas contribuições sobre mexicanos e estrangeiros sob sua jurisdição, fato que o enfraqueceu e levou-o à derrota militar, em dezembro de 1860.

Em janeiro de 1861. Benito Juárez entrava na cidade do México e reunificava o país. Expulsou os representantes da Espanha, Santa Sé, Guatemala e Equador, sob pretexto de que tinham hostilizado seu governo e logo teve de enfrentar os governos estrangeiros que o responsabilizaram pelos danos sofridos por seus cidadãos ou representações diplomáticas. França, Inglaterra e Espanha decidiram, então, em Convênio assinado em Londres em outubro de 1861, a intervir no México para obrigá-lo a atender suas reclamações. A ocupação de algumas cidades do Golfo foi realizada, sem resistência, em dezembro do mesmo ano.

O Convênio de Londres estipulava que «as altas partes contratantes se comprometiam a não procurar para si qualquer aquisição de território, ou vantagem particular, e a não exercer, nos assuntos internos do México, qualquer influência, que possa afetar o direito da nação mexicana de eleger e constituir livremente sua forma de governo». Entretanto, cada uma delas alimentava seus próprios desígnios. A Inglaterra tinha em vista, principalmente, limitar a expansão dos Estados Unidos para o sul. A Espanha visava à recolonização do México, impondo-lhe uma monarquia com um príncipe da dinastia espanhola. A França desejava criar uma nova base colonial, na América, donde partiria para reconstruir sua antiga área de influência no Continente. Todos, porém, tinham uma aspiração comum: «evitar que os Estados Unidos se apoderem de todo o Golfo do México, dominem as Antilhas e a América do Sul, e sejam os únicos distribuidores de produtos do Novo Mundo».

A atitude dos Estados Unidos foi a princípio cautelosa e, depois, enérgica. Em setembro de 1861 advertiu «que uma intervenção, visando a organizar um novo governo no México, seria considerado como intromissão nos negócios domésticos da América». Propunha a pagar as dívidas do México, recebendo, como compensação, a hipoteca das minas e o domínio público da Baixa Califórnia, Sonora, Chihuahua e Sinaloa.

Em 1862, Benito Juárez declarou que admitia as reclamações feitas e entrou em negociações; em consequência, as forças espanholas e inglesas se retiraram de Vera Cruz. Napoleão III, porém, verificando que os Estados Unidos, na iminência de uma guerra civil, não poderiam socorrer o México, decidiu realizar seus propósitos na América. Em junho de 1863, as forças francesas, após derrotarem as mexicanas, ocuparam a cidade do México. O governo provisório resolveu transformar a República em Monarquia e convidar um príncipe estrangeiro para ocupar o trono, numa revivescência do «Plano de Iguala». Napoleão III ofereceu o trono a Maximiliano da Áustria, irmão do Imperador

Francisco José, que exigiu a realização de uma consulta ao povo mexicano. O plebiscito **realizado** foi-lhe favorável e, em maio de 1863, estava na cidade de Vera Cruz; contava com o apoio de um Exército francês de 25.000 homens. •

Benito Juárez, derrotado, retirou-se para o interior, dominando, ainda, vastas áreas do país. Maximiliano não pôde, pois, unificar o México, nem **dar-lhe** a paz de que necessitava para progredir. Tentou introduzir reformas, mas não chegou a realizá-las. Sua condição de estrangeiro, o fato de apoiar seu poder em tropas estrangeiras, sua corte dispendiosa e **perdulária**, não agradavam aos mexicanos. Não conseguiu, também, obter o apoio do clero, embora estivesse disposto a devolver à Igreja seus bens nacionalizados, pois não consentiu em abolir o credo protestante, nem tolerar a influência do clero católico em seu governo. Falharam, também, suas tentativas na obtenção de empréstimos estrangeiros. Talvez conseguisse superar essas dificuldades se tivesse contado por maior tempo com o apoio que lhe davam os franceses.

Terminada a Guerra da Secessão, os Estados Unidos passaram, não só, a apoiar **sub-repticiamente** Juárez, como a pressionar os franceses para a retirada de suas tropas. Em dezembro de 1865, Napoleão III prometeu retirar suas forças do México e, dois anos mais tarde, não havia mais soldados franceses no solo mexicano. A evacuação das tropas fôra acelerada, devido a ameaça que a Prússia, à frente da Confederação Alemã do Norte, futuro Império alemão, passou a significar para a França.

A situação de Maximiliano se agravou, ainda mais, com sua aliança com os **conservadores**. O Imperador foi obrigado a transigir com o clero, a fim de lograr seu **apoio**, e enviou a Imperatriz Carlota à Europa, em busca de auxílio. O Exército de Juárez foi apertando o cerco em torno da Capital e, pouco depois da retirada do último soldado francês. Maximiliano e seus principais generais foram aprisionados em Querétaro. Julgado e processado por uma Corte marcial, como determinava um decreto do próprio Maximiliano para os guerrilheiros de Juárez, o Imperador foi fuzilado em 19 de junho de 1867.

Em consequência desses fatos, Benito Juárez foi eleito presidente, inaugurando-se a Nova República. Continuaram, porém, as dissensões no seio do governo, complicada a disputa entre protestantes e **católicos**. A influência dos protestantes crescera, **extraordinariamente**, graças à tolerância de Juárez e à presença das tropas norte-americanas, que o ajudaram, em sua maioria constituída de **protestantes**. Multiplicaram-se, pois, as missões protestantes, enfrentando a oposição do clero católico, apoiado por grande parte do povo.

Apesar disso, Juárez e Lerdo de Tejada retomaram, mais uma vez, a Grande Reforma, visando a destruir os privilégios e distribuir terras aos mais pobres e **humildes**. Pouco ou quase nada conseguiram. O **mêdo** de comprar terras, que tinham pertencido à Igreja, e de ser excomungado e a pobreza impediram que os ignorantes, supersticiosos e pobres comprassem as **terras**. A repartição das terras **das** comunidades indígenas não trouxe, também, resultados **práticos**. A reforma não melhorou as condições sociais e as terras compradas foram cair em mãos de negociantes ou de família ds novos ricos, sem o senso de responsabilidade para **geri-las**.

Consumada a derrota dos conservadores, consolidado o regime republicano, era de esperar-se que, por fim, as instituições políticas pudessem ser postas em prática de maneira ordenada e **pacífica**. Mas os fatos, que se seguiriam, não confirmaram esses prognósticos, pois havia um enorme vácuo entre a teoria constitucional e a realidade política e social do país.

## 2. REPÚBLICA FEDERAL DA AMÉRICA CENTRAL

### a. A extinção da Federação

Francisco Morazán, no governo da República da América Central, expulsou, em 1832, todas as ordens religiosas e separou a Igreja do Estado, proclamando a liberdade de culto. Essas medidas, aliadas à energia do governo, suscitaram viva oposição, notadamente na Guatemala. Rafael Carrera, que a governava, desencadeou uma verdadeira cruzada contra Morazán, que conseguiu sufocar a rebelião e chegar ao término do seu mandato em 1839.

Candidatou-se à releição mas nova rebelião, liderada por Carrera, com apoio do clero, encontrou eco em outros Estados e Morazán foi derrotado. A derrota de Morazán resultou no esfacelamento da Federação e no início de vida autônoma dos cinco Estados, que a compunham, como países soberanos.

### b. A República da Guatemala

Com a anulação do pacto federal, foi designado Rivera Paz para Chefe do Estado.

Em 1842, o general Santa Ana, presidente do México, decidiu ocupar **militarmente** o território guatemalteco de Soconuzco, com base nas atas de alguns **municípios** que solicitavam a sua anexação ao México. O governo de Rivera Paz encarou o acontecimento com indiferença, perdendo a Guatemala uma rica região.

Em dezembro de 1844, Carrera foi designado Presidente pelo Conselho Constitucional da Guatemala, inaugurando uma série de governos autoritários que se prolongariam por 72 anos. Em 1854, foi declarado Chefe Supremo e Perpétuo da União e governaria, apoiado pelo Exército, até sua morte, em 1865. O catolicismo permaneceu como religião do Estado, mas a Igreja perdeu muito de seus privilégios. Eliminou qualquer resquício de iniciativa, cerceou todas as liberdades e manteve o país em crônico atraso económico.

Com a morte de Carrera, seguiu-se um período de governos instáveis.

### c. A República da Nicarágua

A Assembleia Constituinte, em 30 de abril de 1838, declarou a Nicarágua livre, soberana e independente de qualquer país, escolhendo Paulo Buitrago para Dirigente Supremo. O novo país ia, porém, iniciar sua vida independente, trabalhado pelos antagonismos gerados em sua formação e pelas rivalidades dos Estados Unidos, Inglaterra e França, desejosos de aproveitar as facilidades geográficas, que oferecia, para a construção de uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, através da América Central.

#### (1) *As lutas entre liberais e conservadores*

O antagonismo existente, desde o período colonial, entre as cidades de Granada e Leon, agravou-se, pelas lutas entre os liberais e conservadores, desde o início do processo revolucionário. Os liberais, encastelados em Leon, eram partidários intransigentes do restabelecimento da União centro-americana, através da federação e pleiteavam medidas que modernizassem as estruturas coloniais do Estado. Eram os aliados naturais dos salvadorenhos e hondurenhos, onde predominavam governos liberais. Os conservadores, com seu baluarte em Granada, defendiam o isolacionismo do Estado e a manutenção das tradições e padrões coloniais, tendo seus maiores aliados na Guatemala e em Costa Rica.

As rivalidades, entre os Estados Unidos, Inglaterra e França, seriam motivos de atritos diplomáticos e conflitos militares com esses países, os quais, em alguns casos, ameaçariam a independência da Nicarágua e, quiçá, a dos demais países da América Central.

#### (2) *O problema do Canal*

O primeiro incidente, entre a Nicarágua e a Inglaterra, resultou de um «ultimatum» inglês solicitando pagamento de dívidas ao governo nicaraguano. Ao «ultimatum», seguiu-se o bloqueio inglês aos portos e a Nicarágua apelou para o Ministro francês, oferecendo todos os privilégios para a construção de um canal interoceânico,

em troca de sua mediação junto à Inglaterra. O governo francês, porém, solidarizou-se com o inglês e a Nicarágua nada obteve.

Em 1847, o governo da Nicarágua recebeu uma notificação dos ingleses, exigindo a imediata desocupação do porto de San Juan do Norte, alegando que estava sob a jurisdição do Protetorado de Mosquitia. Esse Protetorado era uma velha questão que remontava ao período colonial. Nessa época, a Inglaterra apoiou uma rebelião dos indígenas nessa área, recebendo, como consequência, o Protetorado da região, o qual seria governado por um Rei indígena. Foi, assim, estabelecido o Protetorado de Mosquitia, em vasta área da costa atlântica da América Central. Em 1840, desfeita a Confederação Centro-Americana, a Inglaterra ocupou as ilhas Bahia, ao norte de Honduras, onde se tinham instalado colonos britânicos e declarou que o Protetorado de Mosquitia se estendia até o rio San Juan, saída natural de um canal interoceânico, através da Nicarágua.

Em princípio de 1848, os ingleses ocuparam o porto de San Juan do Norte mas o governo da Nicarágua não se intimidou expulsando as tropas invasoras. Os ingleses reagiram prontamente; com suas tropas de desembarque, ocuparam San Juan do Norte, prenderam as autoridades nicaraguanas e ameaçaram ocupar a Capital do Estado. O governo da Nicarágua apelou para as demais Repúblicas da América e Salvador solidarizou-se com ele. O governo inglês resolveu negociar e, em março de 1849, chegou-se a um acordo: o governo da Nicarágua se comprometia a respeitar as autoridades de Mosquitia e enviaria um delegado a Londres para negociar um Convênio definitivo.

O governo da Colômbia, temendo que o conflito atingisse as suas costas no Panamá, dirigiu-se ao governo norte-americano e a todos os outros da América do Sul, apelando para que fossem respeitadas, no caso, as boas normas do direito e da convivência internacionais. Por sua vez, a Nicarágua apelou, também, ao governo norte-americano. Em consequência, o governo dos Estados Unidos deu ordens ao seu representante em Londres, para apoiar o direito da Nicarágua. Em agosto de 1849, poderosa empresa norte-americana obteve do governo nicaraguano o primeiro contrato para abertura de um canal interoceânico em território da Nicarágua.

Em outubro de 1849, a Nicarágua protestava, energicamente, pela ocupação inglesa do porto de Amapala, enquanto o governo dos Estados Unidos declarava que «a América estava comprometida, pelos princípios de sua revolução e por solenes pactos, a não admitir a intervenção e, muito menos, o protetorado das monarquias do Velho Mundo».

As relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra haviam chegado a um grau de tensão tal, que se temia a deflagração de uma guerra entre os dois países. Por fim, chegou-se a um acordo, em abril de 1850, assinando-se o Tratado de Clayton-Bulwer, pelo qual os contratantes «jamais teriam poderes exclusivos sobre o canal interoceânico da Nicarágua, nem fortificações em suas cercanias nem se arrogariam jamais qualquer domínio sobre a América Central».

A Inglaterra mesmo assim não retirou suas tropas das áreas ocupadas e, somente em 1859 e 1860, aceitou um limite que separava a Guatemala de Belice e Honduras Britânica e consentiu em retirar-se das ilhas Bahia e da costa de Mosquitio.

### (3) *A Guerra Nacional contra o filibusteiro Walker*

Em 1854, Castellon, chefe dos liberais de Leon, solicitou ajuda militar a um aventureiro americano, William Walker.

Walker organizou um grupo de aventureiros, de diferentes nacionalidades e viajou para a Nicarágua, onde recebeu de Castellon a patente de coronel do Exército. O sucessor de Castellon, Patricio Rivas, conseguiu unificar o governo da Nicarágua, não reconhecido pelos Estados Unidos, em face do protesto da Guatemala.

William Walker, agora com o posto de General, era, sem dúvida, o governador de fato da Guatemala e seus preparativos militares começaram a alarmar as demais Repúblicas. Costa Rica, a mais ameaçada, tomou medidas de defesa e invadiu a província de Guanacaste. área litigiosa em poder das forças de Walker. Os costarriquenhos obtiveram várias vitórias, ocupando algumas cidades nicaraguanas, mas, devido a uma epidemia de cólera, foram obrigados a recuar. O exemplo de Costa Rica frutificou e Salvador e Guatemala aliaram-se a Honduras, assinando um Convênio que visava à expulsão de Walker da Nicarágua.

Logo que as Repúblicas aliadas da América Central reuniram forças suficientes, reiniciaram suas operações. Walker resistiu valentemente, mas foi obrigado a negociar. Concordou em abandonar o país e se comprometeu a não voltar.

Tentou, porém, em duas outras oportunidades, sendo executado em setembro de 1860.

Terminara a chamada «Guerra Nacional», em que todos os Estados Centro-Americanos, esquecidas as dissensões que os dividiam, se uniram para superar uma grave ameaça à soberania, que tinham conquistado e tão valentemente defendiam.

### d. República de Salvador

Após sua separação da Federação Centro-Americana, Salvador sofreu intervenções da Guatemala e Nicarágua, fruto das lutas entre liberais e conservadores.

Os liberais continuaram dominando o governo de Salvador, lutando sempre com a reação conservadora. Por fim, o general Caldera, da Guatemala, invadiu Salvador e lhe impôs o governo conservador de Dueñas (1863-1871).

### e República de Honduras

Honduras separou-se da Federação da América Central, em novembro de 1839, sob o governo de José Maria Martinez.

Os governos que lhe sucederam tiveram de enfrentar não só reações armadas internas como, também, dificuldades de âmbito externo. Os desterrados dos países vizinhos aproveitaram-se da sua posição relativamente central, como base de operações contra seus países de origem.

Tanto Honduras como a Guatemala tiveram desavenças com a Grã-Bretanha por Belice e a costa do Mosquito e contatos diversos com os Estados Unidos.

Um esforço sem sucesso foi realizado, em 1852, por Honduras, para, juntamente com Salvador e Nicarágua, restaurar a Federação Centro-Americana.

### f. República de Costa Rica

Em 11 de novembro de 1837, no governo de Braulio Carrillo, a Assembleia Constituinte, então, reunida, declarou que «Costa Rica assumiu a plenitude de sua soberania, constituindo-se em Estado independente, embora continuasse pertencendo à família centro-americana».

Foi efêmera a sua duração pois logo após Morazán depôs Carrillo na sua tentativa para restabelecer a Federação Centro-Americana.

Depois do fuzilamento de Morazán os governos que se sucederam foram instáveis não só por crises internas como, também, por graves acontecimentos internacionais como a guerra contra Walker e a ameaça da Nicarágua na ocupação do território de Guanacaste que adquirira importância com a perspectiva da construção do canal interoceânico.

### 3. REPÚBLICA DO HAITI

Jean Pierre Boyer governou, autocraticamente, até 1843. Nesse ano foi obrigado a se submeter a exigência da França, que cobrava uma grande indenização, em pagamento dos danos sofridos pelos franceses, durante a guerra pela independência. O pagamento das anuidades impostas pela França, além de constituir uma sangria nas rendas da Nação, desprestigiou o Presidente aos olhos da população. Não foi difícil, portanto, aos seus adversários depô-lo, seguindo-se um período de grande instabilidade política e de distúrbios civis. Em 1844, os dominicanos se rebelaram e recobram sua independência. A República foi, então, dominada por Faustin Soulouque, que se fez coroar Imperador, com o nome de Faustin I. Apoiado pelo Exército, Soulouque conseguiu manter-se no poder até 1859, em meio a uma corte faustuosa e ridícula. Uma rebelião o depôs e inaugurou um período de ditadores militares. Assassínatos, atos violentos de repressão, vingança e corrupção, dilapidação das rendas públicas, foi o resumo da vida da Nação até 1870. A Nação, porém, conseguiu sobreviver a essas calamidades.

É fácil criticar os governantes haitianos mas não será justo fazê-lo sem assinalar as inúmeras dificuldades e incompreensões, que a única Nação negra e republicana daquela época teve de vencer. Ao se tornar independente, o Haiti estava devastado por uma luta cruel e prolongada e dispunha, apenas, de uma população ignorante e sem nenhuma tradição de autogoverno para se organizar, politicamente e viver soberanamente. Nessas condições era natural o que ocorreu.

### 4. REPÚBLICA DE SÃO DOMINGOS

Em fevereiro de 1844, Sanchez y Mella, aproveitando a situação difícil que atravessava o Haiti, proclamou a separação e declarou fundada a República Dominicana.

Depois de alcançar a independência, os dominicanos viram-se ameaçados por Haiti em renovadas tentativas de submeter a nova República.

Em consequência dessas dificuldades, foi-se desenvolvendo, na maioria da elite dirigente do país, a ideia de procurar uma Nação digna de confiança e poderosa para tomar a República sob a sua proteção. Em 1861, a Espanha aceitou esse encargo e enfrentou uma dura oposição dos dominicanos, sendo obrigada a abandonar o país em 1865.

Em 1866, o governo dos Estados Unidos reconheceu a independência de São Domingos e repeliu as propostas governamentais de tomar a República sob sua proteção.

## 2ª FASE — 1870 a 1930

### I. REPÚBLICA DO MÉXICO

#### a. Porfirio Diaz: 1877-1911

Com a morte de Juarez, Lerdo de Tejada foi eleito, derrotando Porfirio Diaz.

Lerdo de Tejada, um dos melhores assessores de Benito Juarez, no governo do México, retomou a execução do programa que este vinha realizando. Em fevereiro de 1873, inaugurou-se a primeira estrada de ferro, ligando a capital a Vera Cruz, cuja construção se iniciara 20 anos antes. As terras da Igreja, que tinham sido secularizadas, foram entregues às autoridades municipais, estaduais e da União, instalando-se nos conventos e mosteiros desocupados bibliotecas, escolas profissionais e de artes. A exploração dos recursos naturais do país foi estimulada.

Embora reeleito nas eleições de 1876, Tejada foi deposto por Porfirio Diaz que se fez proclamar Presidente da República. Diaz, um mestiço, como Juarez, estudara Direito, apesar das inúmeras dificuldades que teve de enfrentar. Tinha ideias essencialmente conservadoras, favorável a um Executivo centralizado e forte que terminou por se converter em ditadura militar. Expirado o seu mandato, seguiu as disposições constitucionais, recusando a reeleição e permitindo que Manuel Gonzalez fosse escolhido Presidente em seu lugar.

Mas, em 1884, tornou à presidência e fez passar uma emenda constitucional que permitia a reeleição. A partir dessa data manteve-se ininterruptamente à testa do governo até 1911.

A Constituição de 1857 continuou em vigor, mas à sombra dela e com a conivência do Congresso se estabeleceu no país um governo despótico, embora benévolo. Consolidou-se a dívida flutuante, foi reduzida a dívida externa e uniformizado o sistema monetário. Realizaram-se obras públicas de vulto, surgindo magníficos edifícios, na Capital, construindo-se o canal, que a saneou e solucionou o problema das inundações periódicas, que sofria desde sua fun-

dação. O sistema ferroviário teve grande desenvolvimento, passando dos 1.500 km de vias, existentes em 1877, para os 25.000 de 1911 e foi, em grande parte, **nacionalizado**. Estimulou-se a produção agrícola e o desenvolvimento das indústrias de transformação. A mineração ganhou nova dimensão com a exploração das jazidas petrolíferas. Cresceram as exportações e o México parecia um novo país.

Entretanto, os problemas fundamentais da educação, da assistência às populações indígenas e da repartição da terra permaneciam. Os índios e mestiços não receberam muita atenção do Governo e as rebeliões indígenas, ocorridas em Yucatan, foram sufocadas com extrema crueldade. O problema da terra se agravou com a lei que permitiu fosse um terço das terras nacionais, avaliadas em 486 milhões de hectares, concedido a quem assumisse o encargo de medi-las e cartografá-las. Valendo-se dessa permissão, 29 companhias privadas, na maioria estrangeiras, receberam 162 milhões de hectares pelo trabalho realizado e, mais tarde, compraram os 324 milhões restantes.

O governo de Porfírio Diaz lançou, sem dúvida, os fundamentos do México moderno, mas foi demasiadamente generoso com os grupos mais ricos e os interesses estrangeiros e deu pouca atenção aos problemas fundamentais da República, agravando os antagonismos e as contradições, em que se vinha debatendo desde sua fundação. Era necessário distribuir mais equitativamente a terra, estimular a formação da classe média, preservar os recursos naturais do país, explorados predatoriamente pelos capitais estrangeiros, indenizar as comunidades indígenas, defraudadas em seus bens e reformar a lei eleitoral para dar autenticidade às instituições democráticas. Seriam estes os problemas, que equacionariam, daí por diante, a evolução política do México, os quais ganhariam imensa atualidade com a depressão financeira de 1908, as más colheitas, os enormes tributos impostos ao povo para pagar a nacionalização das estradas de ferro e os gastos suntuários com a celebração do centenário da independência do México, e agitariam as eleições de 1910.

b. De Francisco Madero a Venustiano Carranza — 1911 a 1914

O principal opositor de Diaz nas eleições de 1910 foi Francisco Madero, que recebendo apoio de todos os descontentes com o governo obrigou-o a convocar eleições. Foi eleito com 95% dos votos e iniciou seu governo disposto a cumprir o programa que defendera. A sua volta congregaram-se bandos de camponeses com os seus sonhos de pão e terra, escolas, soberania sobre as riquezas

da nação e o novo papel que caberia aos índios na vida nacional mexicana. Mas, os grupos que levaram ao poder logo se desintegraram, devorados por suas ambições e contradições. Caudilhos ambiciosos, demagogos sem escrúpulos, aproveitaram a oportunidade para explorar as massas ignorantes e arregimentar os grupos de bandoleiros, que infestavam o país. Orozco se rebelou no norte, Emiliano Zapata se levantou no sul, reivindicando «terras e escolas», Félix Diaz, sobrinho de Porfírio, ocupou Vera Cruz. O Presidente não era soldado, não contava com o apoio do Exército, que fôra por ele expurgado, era demasiadamente indulgente para com os inimigos e pouco generoso para com os amigos, não fazia o bastante para satisfazer os mais humildes e fazia o suficiente para irritar os ricos e poderosos.

Sua situação complicou-se, quando o sentimento hostil aos estrangeiros e, particularmente, aos norte-americanos, descambou para a violência, notadamente na faixa de fronteira entre o México e os Estados Unidos. Os quarenta mil cidadãos norte-americanos residentes no México e os muitos milhões de dólares, que lá tinham investidos, estavam ameaçados pelos distúrbios e violências praticados nas cidades e no interior. Em consequência desses fatos e dos apelos que lhe faziam os cidadãos norte-americanos no México, o governo dos Estados Unidos guarneceu a fronteira do Estado do Texas e enviou vários navios de guerra para Galveston. Os mexicanos viram nesse movimento de forças o prelúdio da invasão e ocupação do México.

O Secretário de Estado norte-americano Knox ofereceu amplas garantias ao governo de Madero e o Presidente Taft proibiu, mediante lei, a venda de armas para o México. Os ânimos estavam, porém, exaltados, particularmente entre oficiais jovens do Exército. Em 9 de fevereiro de 1913, os cadetes mexicanos se rebelaram, libertando Félix Diaz, então prisioneiro, fazendo dele o chefe da insurreição. Félix Diaz conseguiu o apoio do general Victoriano Huerta, comandante-em-chefe do Exército, depôs o Presidente Francisco Madero e o mandou fuzilar.

Victoriano Huerta foi nomeado Presidente provisório e logo teve de enfrentar dificuldades. Os Estados do norte do México censuraram Huerta pelo fuzilamento de Madero, e os partidários deste se arregimentaram, sob a liderança de Venustiano Carranza, governador do Estado de Coahuila. Emiliano Zapata continuava sua campanha predatória no sul.

A reação no exterior foi, também, contrária a Huerta e os Estados Unidos, Argentina, Brasil e Chile não reconheceram legitimidade no novo governo mexicano.

A pressão norte-americana foi mais forte, impedindo Huerta de obter empréstimos externos e levantando o embargo de armas para o México, permitindo que Carranza e Pancho Villa obtivessem armas e munições nos Estados Unidos.

Em abril de 1914, um incidente com marinheiros norte-americanos provocou a intervenção armada dos Estados Unidos com a ocupação do porto de Vera Cruz.

Em face da gravidade da situação, os embaixadores do Brasil, Argentina e Chile, em Washington, conferenciaram com o Presidente Wilson, que aceitou a mediação dos três países e com aquiescência de Huerta foi convocada uma conferência para se reunir, em Niagara Falis.

A Conferência de Niagara Falis se encerrou, recomendando que Victoriano Huerta renunciasse a seu posto e se estabelecesse um Governo Provisório, que fosse apoiado por partidários seus e de Venustiano Carranza, a fim de que fossem realizadas eleições livres e corretas para eleger o Presidente e o Congresso.

Venustiano Carranza não aceitou este acordo e a guerra civil continuou, no México, violenta e cruel. As forças de Carranza acabaram se impondo às armas governistas e Huerta, em julho de 1914, renunciou e retirou-se para Espanha. Venustiano Carranza ocupou a presidência.

### c. Venustiano Carranza

O principal objetivo de Venustiano Carranza era estabelecer um governo estável e essa era uma tarefa difícilíssima na situação anárquica existente no México.

A luta contra as forças de Villa e Zapata permanecia cruenta e passou a ter repercussões sérias sobre a população mexicana e as relações internacionais.

Carranza anulou as concessões feitas na conformidade da Lei de 1876 e proibiu a exportação de produtos do subsolo dessas terras, ferindo, profundamente, os interesses das companhias petrolíferas, cujas atividades tinham crescido em consequência da guerra européia. Os Estados Unidos estavam, particularmente, afetados pela situação, uma vez que a faixa fronteiriça vivia em permanente ebulição e navios norte-americanos eram apreendidos em portos mexicanos. Em julho de 1915, o presidente Wilson declarou ao Congresso que, no México, reinava a anarquia e era necessário «dar proteção adequada» aos cidadãos estrangeiros, que lá residiam, considerando o governo dos Estados Unidos um dever apoiar, na medida do possível, qualquer procedimento que visasse a estabelecer um Governo Constitucional e assegurasse os direitos do povo mexicano.

O Presidente Wilson convidou os governos do Brasil, da Argentina e do Chile, bem como os da Guatemala, Bolívia e Uruguai, para uma Conferência especial, que solicitou aos líderes mexicanos que fizessem uma trégua e convocassem eleições.

Os Estados Unidos, numa tentativa de acalmar os ânimos, reconheceram o governo de Carranza e restabeleceram as relações diplomáticas, interrompidas há 3 anos.

Pancho Villa, que atuava na faixa de fronteira com os Estados Unidos, inconformado com a intervenção de Wilson, multiplicou os atos violentos que vinha praticando e, em março de 1916, incurcionou no território norte-americano atingindo a Califórnia e sacrificando inúmeros cidadãos americanos.

Um regimento norte-americano o perseguiu penetrando em território mexicano. Em vez de colaborar na perseguição, Carranza protestou pela invasão de seu país mas concordou que as forças militares de ambos os países podiam perseguir os grupos de bandoleiros no território de um e de outro.

Carranza tornou a protestar quando o General Pershing iníernou-se pelo território mexicano em busca de Pancho Villa. Em revide Wilson guarneceu a fronteira com 100.000 guardas nacionais e advertiu energicamente o governo mexicano.

Nôvo acordo estabeleceu-se, em setembro de 1916, em que Carranza se comprometeu a intensificar o combate aos bandoleiros e o governo dos Estados Unidos a retirar suas forças de território mexicano, reservando-se, porém, o direito de enviá-las novamente ao México, no caso das medidas tomadas por Carranza se tornarem inoperantes.

No momento em que o último soldado norte-americano abandonava o México, o governo dos Estados Unidos rompia relações com o Império Alemão. Tornou-se, então, conhecida a chamada «Nota Zimmermann», através da qual o governo alemão procurava atrair o governo mexicano, acenando-lhe com seu apoio para reconquista dos territórios do Nôvo México, Texas e Arizona, Carranza negou que tivesse conhecimento dessa Nota e sustentou que o México era um país neutro. Apesar disso, propôs logo depois aos países latino-americanos o embargo de exportação para os beligerantes, o que seria sumamente prejudicial ao esforço de guerra dos Estados Unidos.

Enquanto ocorriam esses sucessos, fôra votada e promulgada a Constituição de 1917, introduzindo profundas modificações nas instituições políticas, sociais e econômicas do México. Aboliu-se a peonagem, o trabalho noturno das mulheres e menores de 16 anos e estabeleceu-se o salário-mínimo. Instituiu-se a jornada

de oito horas de trabalho, em seis dias da semana, a igualdade de salários, qualquer que fosse a nacionalidade, ou sexo, a participação de empregados nos lucros das empresas, a obrigatoriedade da assistência aos empregados por parte dos empregadores, o direito de greve e várias modalidades de seguros. No tocante à Igreja, a Constituição agravou as restrições impostas, pela Constituição de 1867, nacionalizando todos os seus bens imóveis, sem exceção, estabelecendo a igualdade de tratamento para todas as crenças, proibindo aos sacerdotes qualquer participação na política. As disposições constitucionais relativas ao uso da terra foram radicais. A Constituição afirmou o domínio do Estado sobre a terra, atribuindo-lhe o direito de impor qualquer restrição à propriedade particular; consagrou o princípio da divisão da grande propriedade, impôs restrições à propriedade de terra por particulares ou Companhias estrangeiras e fixou a faixa de fronteira terrestre em 100 km e a marítima em 50 km. O artigo 27 da Constituição estabeleceu que todos os produtos do subsolo, inclusive o petróleo, eram propriedades da nação, que somente os mexicanos de nascimento e os estrangeiros naturalizados poderiam obter concessão para explorar minas e extrair petróleo. Nenhuma concessão seria outorgada nas faixas de fronteira terrestre e marítima. Essas disposições constitucionais afetavam, particularmente, a exploração petrolífera, na qual estavam investidos 100 milhões de dólares de ingleses e, notadamente, norte-americanos.

Os capitalistas estrangeiros se alarmaram, apesar da Constituição declarar que «nenhuma lei teria efeito retroativo». O governo dos Estados Unidos acolheu as reclamações dos cidadãos norte-americanos e uma Comissão do Senado foi ao México, onde procedeu a minuciosa investigação sobre as condições reinantes nos campos petrolíferos mexicanos.

De acordo com a nova Constituição, Carranza foi eleito, em 1917. No seu governo legal, aumentaram as rendas públicas e o comércio exterior.

As terras comunais foram devolvidas aos seus antigos donos. Houve abundância de alimentos e firmou-se o mercado da moeda. Mas grande parte das classes mais humildes estava descontente, pois as disposições constitucionais, que os favoreciam, permaneciam letra morta.

#### d. *Álvaro Obregón*

Um ano e meio antes de terminar o período presidencial de Carranza iniciou-se a campanha para eleger seu sucessor. Um dos candidatos era o general Obregón, que contava com o

apoio do Estado de Sonora, de estrangeiros investidores no México, dos radicais e de muitos militares. Carranza opôs-se à essa candidatura e ameaçou intervir em Sonora. Rebentou, então, a guerra civil, insurgindo-se, também, os Estados do sul e de este.

Ameaçado por todos os lados, Carranza foi aprisionado e fuzilado em maio de 1920, antes de completar seu período presidencial. Em setembro de 1920, o general Álvaro Obregón, foi eleito Presidente e empossado, organizando seu ministério com homens experimentados e capazes, como Adolfo de la Huerta, Elias Calles, José Vasconcelos e outros. Este governo realizou uma administração progressista e fecunda e melhorou as condições sociais do povo e executou um amplo plano educacional. Organizaram-se novos sindicatos de operários e retomou-se o pagamento da dívida externa.

No plano internacional, entretanto, as relações com os Estados Unidos continuaram tensas, recusando-se Wilson a reconhecer o novo governo.

Seu sucessor, o presidente Harding, concordou que o governo dos Estados Unidos não se oporia à expropriação de propriedades agrícolas norte-americanas, mediante indenização efetiva, e que as jazidas petrolíferas, que tivessem sua exploração iniciada, antes de 1917, não seriam nacionalizadas. Estabeleceram-se Comissões de Reclamações Mistas para atender reivindicações de ambas as partes e, em 31 de agosto de 1923, o governo dos Estados Unidos reconheceu o do General Álvaro Obregón. As relações entre os dois países tornaram-se cordiais.

#### e. *Elias Calle*

Eleito em 1924, Calle perseverou na execução da reforma iniciada por Obregón, com mais energia e zelo que este. Novas escolas, hospitais gratuitos, obras de irrigação e combate ao peculato e à corrupção foram a tônica do seu governo.

Externamente, as controvérsias sobre as jazidas petrolíferas voltaram a afetar as relações com os Estados Unidos. O Senado norte-americano desaprovou a política do presidente Coolidge que recuou da sua atitude intransigente. O Congresso mexicano promulgou outras leis, confirmando as concessões outorgadas a estrangeiros por tempo ilimitado, sempre que a exploração delas se houvesse iniciado antes de 1º de maio de 1917 e existisse contrato, que a autorizasse antes dessa data. O governo norte-americano aceitou essas disposições, uma vez que tinha obtido o essencial, do que pretendia.

f. *Portes Gil*

Nas eleições de 1928 foi eleito, novamente, o general Obregón, assassinado antes de empossar-se. O Congresso elegeu Portes Gil, presidente provisório, que governaria até 1930. Portes Gil manteve a ordem pública, combateu a corrupção e o peculato, melhorou as relações com a Igreja e presidiu eleições livres, em 1929, em que foi eleito Ortiz Rubio. Estava prestes a ser institucionalizada a Revolução mexicana, iniciada com Francisco Madero, em 1910, com a reforma da Constituição de 1917, a planificação de ação governamental e ascensão ao poder do general Lazaro Cardenas e do Partido Revolucionário Mexicano, por ele organizado sobre os escombros do Partido Revolucionário Nacional.

2. AMÉRICA CENTRAL

a. *República da Guatemala*

À morte de Carrera seguiu-se um período de governos instáveis até 1871, quando o liberal Justo Rufino Barrios liderou uma rebelião contra o governo conservador, no poder e, em 1873, assumiu a Presidência da República. Fêz um bom governo cuidando da educação e dos transportes, mas, em 1885, decretou o restabelecimento da Federação Centro-Americana, proclamando-se seu chefe militar.

Os países vizinhos, Nicarágua, Costa Rica e Salvador, alarmados se uniram e declararam guerra à Guatemala.

Morto Barrios durante a guerra, sucederam-se vários presidentes sem sucessos notáveis. Em 1898, foi eleito Manoel Estrada Cabrera que governou, como ditador, até 1920.

A Guatemala durante esses anos não logrou desenvolver suas potencialidades económicas. As únicas indústrias prósperas eram as exploradas por companhias estrangeiras, como a United Fruit Company. O nível de vida de sua população era baixo e a situação dos trabalhadores difícil, dadas as relações semifeudais ainda existentes entre operários e patrões. A percentagem dos analfabetos era elevada.

b. *República da Nicarágua*

(1) *Até o governo de José Santos Zelaya*

Em 1893, os liberais de León se rebelaram e elevaram ao poder o chefe liberal Zelaya que seria, durante 16 anos, o árbitro da vida política da República e elemento de relêvo na política das Repúblicas Centro-Americanas. Conseguiu que o território de

Mosquitia ainda sob protetorado da Inglaterra, fôsse definitivamente, incorporado à República da Nicarágua. Recusou, também, um generoso empréstimo, oferecido por banqueiros norte-americanos, incorrendo nas iras dos círculos económicos e financeiros dos Estados Unidos.

Apesar de seus bons propósitos federalistas, teve frequentes atritos com outros Estados centro-americanos. Travou guerra contra as Repúblicas de Salvador e Honduras, aliados, e esteve em estado de permanente tensão com a Guatemala, onde o Dr. Estrada Cabrera fazia sombra à sua liderança política na América Central.

(2) *A ocupação norte-americana na Nicarágua*

José Santos Zelaya foi deposto por uma insurreição, ocorrida em 1909, apoiada por banqueiros norte-americanos. A Nicarágua se encontrava, então, endividada e pediu a ajuda aos Estados Unidos. Estabeleceram-se negociações entre os dois países e, em 1911, a República da Nicarágua conseguiu vultoso empréstimo, nos Estados Unidos, consentindo como garantia dele, que funcionários norte-americanos fiscalizassem suas principais alfândegas.

No ano seguinte, eclodiu uma insurreição, apoiada por partidários de Zelaya. O presidente Diaz solicitou e obteve ajuda dos Estados Unidos. As forças norte-americanas derrotaram os rebeldes e, durante 13 anos, sempre houve na Nicarágua um contingente militar dos Estados Unidos.

O governo de Washington entendia que o Tratado de 1907, que criara o Tribunal de Justiça Centro-Americana criado por insistência dos Estados Unidos lhe impusera o dever moral de velar pela paz interna na Nicarágua, garantindo eleições livres e a existência de um governo constitucional. Em consequência, Adolfo Diaz foi reeleito, em 1912, com apoio dos Estados Unidos.

Durante esse governo, os Estados Unidos negociaram um Tratado visando a concessão do direito exclusivo de construir um canal interoceânico em troca de 3 milhões de dólares. O Senado norte-americano não aprovou o Tratado que transformava a Nicarágua em protetorado dos Estados Unidos.

Em 1914, assinou-se o Tratado Bryan-Chamorro que autorizou os Estados Unidos «a tomar todas as medidas necessárias» para proteger não só o Canal do Panamá como também os direitos sobre um canal nicaraguano, adquiridos em virtude do mesmo tratado. A assinatura desse Tratado acarretou o fim do Tribunal Centro-Americano, porquanto sua decisão favorável à Costa Rica não foi aceita pela Nicarágua e Estados Unidos.

As eleições de 1924 levaram à Presidência da República o conservador Solórzano e à vice-presidência o destacado líder liberal Dr. Juan B. Sacasa. Essa combinação parecia garantir a paz interna da República e o governo dos Estados Unidos retirou o contingente de fuzileiros, que lá mantinha, desde 1912. Foi o bastante para que os ex-presidentes Chamorro e Diaz chefiassem uma rebelião para depô-los.

O Congresso elegeu Diaz mas Sacasa insurgiu-se alegando que a Presidência lhe cabia. Mas o Presidente Coolidge dos Estados Unidos apoiou a eleição de Diaz e enviou à Nicarágua forças importantes para sufocar a rebelião, alegando que atendia ao imperioso dever de defender as vidas e os bens de cidadãos norte-americanos, residentes no país, e que a Inglaterra e a Itália lhe conferiram o encargo de proteger seus súditos e que Juan Sacasa estava mancomunado com os mexicanos e os comunistas. Os nicaraguanos viam, porém, a situação de modo diferente. Parecia-lhes que tinham perdido sua liberdade e a oportunidade de afastar do governo a minoria conservadora, que há tanto tempo dominava o país. A União Pan-Americana, o Tribunal Mundial, a Liga das Nações não foram consultadas por Coolidge e o eminente Root, em 28 de dezembro de 1926, dizia «nos separamos da Liga, e agora estamos procedendo da mesma maneira que antes, com os mesmos métodos de antes; nós». E os países hispano-americanos tiveram razões para suspeitar que os Estados Unidos eram por demais egoístas para tratá-los com equidade e até mesmo com justiça.

Mais tarde o Presidente Coolidge reconsiderou sua posição, concordando com a realização de eleições livres, fiscalizadas pelos norte-americanos.

Em janeiro de 1933, os últimos fuzileiros norte-americanos deixavam a Nicarágua. De todas as intervenções militares e económicas, que fizeram na área do Caribe, nenhuma outra causou tantos ressentimentos e feriu tão fundo a confiança e a amizade dos hispano-americanos, do que a da Nicarágua, que se transformou num Protetorado de fato dos Estados Unidos. Durante 20 anos, as alfândegas nicaraguanas estiveram sob permanente fiscalização dos norte-americanos. Uma Comissão, constituída de um delegado do Departamento de Estado, um nicaraguano e um representante dos portadores de títulos norte-americanos, dirigiu as finanças do país. As inversões norte-americanas passaram de US\$ 3 milhões, em 1913, para US\$ 24 milhões, em 1929, e o comércio, entre os dois países, cresceu quatro vezes.

### c. República de Salvador

O panorama político da República de Salvador foi permanentemente perturbado pelas lutas entre liberais e conservadores, com a agravante da intromissão dos governos de Honduras, Nicarágua e Guatemala, aonde se organizava a reação contra o governo no poder.

Com a Guatemala, a república salvadorenha foi obrigada a empunhar as armas por três vezes em 1876, 1885 e 1906.

Entre 1911 e 1930 não mudou o panorama político da República do Salvador. A violenta disputa, entre liberais e conservadores, continuou. Quando o Presidente da República não era assassinado, era deposto por um general, que organizava um Governo Provisório, elegendose, depois, legalmente em eleições, que organizava e apurava.

### d. República de Honduras

Em junho de 1895, foi assinado o Pacto de Amapala, no qual Honduras, Salvador e Nicarágua se uniram para formar a «República Maior da América Central», insistindo-se com as Repúblicas de Guatemala e Costa Rica, que tinham discordado do Pacto, para integrar a nova República.

A «República Maior da América Central» teve efémera duração, pois o governo de Salvador rompeu o Pacto, em 1898, e o da Nicarágua teve de enfrentar dura oposição contra ele.

Em 1906, o laudo arbitral regulando limites com a Nicarágua foi conhecido. A Nicarágua não o aceitou e, auxiliada por asilados hondurenhos, invadiu Honduras. Degenerou numa guerra entre Nicarágua, de um lado, e Honduras e Salvador, aliados, de outro. A guerra terminou com a mediação do governo dos Estados Unidos.

Seguiram-se vários governos caracterizados por uma extrema instabilidade política. Ditaduras, guerras civis, reformas da Constituição, são a tônica dos governos hondurenhos.

### e. República da Costa Rica

A campanha eleitoral de 1886 marcou nova etapa na vida público da Costa Rica, pois, pela primeira vez, na República, o povo participou, diretamente, da discussão política.

Pelo esforço dos seus governantes, Costa Rica transformouse no país mais culto da América Central. Possui excelentes estradas e dedica-se ao melhoramento da agricultura e o desenvolvimento das suas riquezas naturais.

Costa Rica é o país mais democrático da América Central: os governos que se seguiram de 1928 a 1948 foram normais, legitimados por eleições livres e democráticas, atestando o grau de maturidade política do povo e a estabilidade de suas instituições.

f. *República do Panamá*

(1) *O movimento separatista no Panamá*

Em novembro de 1821, publicou-se a Ata da Independência da Grã-Colômbia, que incorporava a Província do Panamá.

Em três oportunidades, líderes panamenhos procuraram se desvincular da Grã-Colômbia, mas sem sucesso.

Em 1849, assinou-se o Tratado Clayton-Bulwer entre os Estados Unidos e a Inglaterra sobre um canal interoceânico a ser construído na Nicarágua. Por várias razões não se iniciou a construção do canal por um ou por outro país.

Em 1878, a questão do canal assumiu grande importância, pois a Colômbia outorgou a concessão para construí-lo no Panamá a uma companhia francesa presidida por De Lesseps.

As empresas ferroviárias norte-americanas não viram com bons olhos essa concessão porquanto diminuiria em muito o trânsito transcontinental. Cresceram os temores de que a companhia estrangeira, que dominasse a zona do canal, haveria, fatalmente, de exercer influência política ou militar contrária aos princípios da Doutrina de Monroe. Em 1888, faliu a Companhia francesa de Ferdinand Lesseps e, organizou-se, então, a «Nova Companhia do Canal» que, também, não teve êxito, vendendo seus interesses aos norte-americanos. Em 1903, negociou-se o Tratado Hay-Herran, pelo qual os Estados Unidos obtinham, por arrendamento perpétuo, uma faixa de 9 km de largura, através do istmo, pagando US\$ 10 milhões e uma anuidade de . . . . . US\$ 250.000. Esse Tratado não foi ratificado pelo Congresso colombiano e a nova empresa não pôde se constituir.

(2) *Independência do Panamá*

Líderes panamenhos, inconformados com o veto do Congresso colombiano, ativaram o movimento de emancipação. Manuel Guerrero, influente líder panamenho, e um dos contratantes franceses do Canal, Varilla, foram a Washington sondar a opinião do governo dos Estados Unidos e saber se poderiam contar com seu apoio no caso de proclamar-se a independência do Panamá. Em 3 de novembro de 1903, o Estado do Panamá proclamou sua independência. Ao ter notícia do fato, o governo

norte-americano determinou que forças navais apoiassem e garantissem a soberania da nova Nação. Firmou-se, em consequência, o Tratado Hay-Varilla, pelo qual os Estados Unidos obtiveram, por arrendamento perpétuo, uma faixa de 16 km de largura, através do istmo e sobre as águas adjacentes nos seus dois extremos. Pagariam US\$ 10 milhões e mais uma anuidade de 250.000 dólares, pagáveis dentro de 9 anos. O Tratado assegurava a independência do Panamá, mas os Estados Unidos recebiam a soberania absoluta na faixa do Canal e o direito de fiscalizar o saneamento das cidades de Cólón e Panamá. As disposições desse Tratado levariam os Estados Unidos a intervir no Panamá durante a Primeira Guerra Mundial, em 1917 e 1918.

Às reclamações da Colômbia pela perda da sua província foram apaziguadas pelo recebimento de 25 milhões de dólares.

O Presidente Franklin Roosevelt negociou, em 1936, outro Tratado, em que os Estados Unidos renunciavam ao direito de intervir nos assuntos internos do Panamá, bem como, ao de garantir sua independência.

3. REPÚBLICA DE CUBA

a. *Antecedentes*

(1) *Relações da Inglaterra com Cuba*

Durante a primeira metade do século XIX, espalharam-se rumores de que a Inglaterra pretendia apoderar-se de Cuba.

Apesar desses rumores, o que há de verdadeiramente histórico, é que a Inglaterra nunca fez esforço sério para anexar a ilha de Cuba, pela conquista militar, pela pressão política, ou pela infiltração econômica ou filantrópica. Interessava-lhe, e nisso seu propósito coincidia com o dos Estados Unidos, que a ilha de Cuba não caísse em mãos de uma potência marítima, diferenciando-se a política dos dois Estados pela oposição da Inglaterra à escravidão e ao comércio de escravos e pelo apoio dos Estados Unidos a ambos.

(2) *Tentativas norte-americanas para se apoderar de Cuba*

Terminada a guerra com o México, descoberto o ouro na Califórnia, assinado o Tratado Clayton-Bulwer, visando à construção de um canal interoceânico através da Nicarágua, a posição da ilha de Cuba passou a ter grande importância político-militar para os Estados Unidos, tanto no que se refere à sua política externa, como interna. Externamente, representava uma base indispensável ao domínio do mar do Caribe e, internamente, seria

mais um Estado escravista a pesar na luta, que sustentavam os Estados escravistas e os Estados abolicionistas.

Tentativas para a compra da ilha à Espanha foram feitas pelos Estados Unidos mas, todas recusadas.

### (3) A *Independência de Cuba*

A partir de 1850, crescera a população e os imigrantes começaram a se fixar na ilha. Vieram os «*mayas*» de Yucatan, chineses sequestrados em seu país de origem e continuou a importação de negros.

Em 1868 rebentou uma insurreição que findou em 1878 com a promessa espanhola de anistia geral e direito de representação em Madri. A escravidão, por pressão da Inglaterra e dos Estados Unidos, foi abolida em Cuba em 1885.

Em 1895, os cubanos exigiram que as promessas feitas fossem cumpridas, e como não foram atendidos, a insurreição preparada pelos exilados cubanos, nos Estados Unidos, rebentou, em vários locais da ilha. José Martin, fundador do Partido Revolucionário Cubano e o general Maximiliano Gómez, chefe militar da Revolução, desembarcaram em Cuba, vindos de São Domingos. A guerra se iniciou.

José Martí, o teórico e organizador da Revolução, foi uma de suas primeiras vítimas, sucumbindo sem ruído e sem glória, numa pequena escaramuça. Os Estados Unidos que tinham vultosos interesses em Cuba, representados por US\$ 500 milhões e um fluxo comercial anual de US\$ 100 milhões, acompanhavam com vivo interesse a marcha da insurreição.

A repressão, pelos espanhóis, foi violenta e os cubanos ganharam o inteiror do país e desencadearam a guerra de guerrilhas.

Em janeiro de 1896, o Congresso norte-americano reconheceu a existência do estado de guerra, em Cuba, e o Presidente Cleveland ofereceu-se como mediador, o que foi recusado pela Espanha. Mc Kinley, que o substituiu, ameaçou adotar uma atitude mais agressiva no conflito.

Em face de distúrbios, ocorridos em Havana foi para lá enviado o navio de guerra «*Maine*», para dar proteção aos cidadãos norte-americanos lá residentes. Seis dias depois de sua chegada à Havana, o «*Maine*» explodiu, perecendo 260 de seus tripulantes. A imprensa norte-americana exigiu, violentamente, que se invadisse Cuba, mas Mc Kinley, preferiu negociar um armistício para a guerra cubano-espanhola, sob a condição de ser concedida a independência de Cuba. O governo espanhol res-

pondeu que só negociaria o Armistício se fosse pedido pelos insurretos, oferecendo a arbitragem para solucionar o incidente do «*Maine*».

Em abril de 1898, o Congresso norte-americano adotou quatro resoluções, que equivaliam à declaração de guerra. Nelas se declarava: - - que o povo cubano seria livre e independente; — que a Espanha retiraria suas forças da ilha; — que o Presidente ficava autorizado a usar *tôda* força necessária para cumprir as resoluções assentadas e, por fim, que os Estados Unidos não tinham a *intenção* de exercer soberania, jurisdição ou domínio algum sobre Cuba, exceto com a finalidade de pacificá-la. A guerra, que se seguiu, foi curta e decisiva. Com o apoio dos rebeldes cubanos, os Estados Unidos desembarcaram, em poucos dias, 15.000 homens na ilha, e em julho de 1898, Santiago de Cuba foi ocupada.

Pelas disposições do Tratado de Paz de Paris, a Espanha se comprometia a evacuar suas tropas da ilha, a reconhecer sua independência e cedia o domínio de Porto Rico e do arquipélago das Filipinas, aos Estados Unidos.

### b. Cuba como país soberano

#### (1) A *organização do novo Estado*

Somente em setembro de 1900 o governo de ocupação convocou eleições, que foram realizadas em ordem.

Assinada a Constituição cubana, em 21 de fevereiro de 1901, o Senador Orville Platt, dois dias depois, apresentou, no Senado norte-americano, a emenda, que tomou seu nome.

A «*Emenda Platt*» visava, segundo Mc Kinley e Root, a dar cumprimento efetivo às responsabilidades, assumidas pelos Estados Unidos no Tratado de Paz, como fiadores da independência cubana e de sua estabilidade política e a garantir a segurança desse país. O seu texto era o seguinte:

- O governo de Cuba não celebrará Tratado ou Pacto algum com qualquer potência ou grupo de potências estrangeiras, que menoscaiba a sua independência, nem autorizará ou permitirá, de modo algum, que uma potência, ou grupo de potências, se instale em qualquer parte da ilha, ou a sujeite ao seu domínio, seja para colonizá-la, ou ocupá-la para fins militares.
- Dito governo não assumirá, nem contrairá dívida pública alguma, salvo o caso em que a estimativa das rendas ordinárias da ilha, deduzidas as somas necessárias aos gas-

tos correntes do governo, sejam suficientes para pagar os interesses da referida dívida e constituir um fundo de amortização razoável para saldá-la.

- O governo de Cuba concede aos Estados Unidos o direito de intervir para conservar sua independência, manter um governo capaz de proteger as vidas e os bens de seus cidadãos e assegurar a liberdade individual e para fazer cumprir as obrigações com respeito a Cuba, impostas pelo Tratado de Paris (o de Paz) aos Estados Unidos e que agora recaíram sobre o governo de Cuba.
- O governo de Cuba aprovará e dará validade a todos os atos praticados pelos Estados Unidos durante a ocupação militar, manterá e protegerá os direitos que adquiriram legalmente, sob a mesma.
- O governo de Cuba executará e, até aonde seja necessário estenderá os planos já traçados e outros que sejam combinados de comum acordo, para saneamento das cidades epidêmicas e infecciosas, com os quais serão preservados de danos os habitantes e o comércio de Cuba, bem como o comércio dos portos do sul dos Estados Unidos e seus habitantes.
- A ilha de Pinos estará fora dos limites propostos na Constituição de Cuba e será determinada por um futuro Tratado a quem corresponde a propriedade da mesma.
- A fim de que o governo dos Estados Unidos possam manter a independência de Cuba, proteger seus habitantes e atender às necessidades de sua própria defesa, o governo de Cuba venderá, ou arrendará aos Estados Unidos, terras para **estabelecimento** de portos supridores de carvão, ou bases navais, na conformidade de acordo comum entre os dois governos.
- Para maior garantia, o governo de Cuba incorporará as cláusulas precedentes, em um Tratado permanente, que firmará com os Estados Unidos.

De acordo com a Emenda Platt, foi firmado, em 1903, o Tratado de Aliança e Amizade, regulando as relações entre Cuba e os Estados Unidos, e a cessão de área em Baía Hondo (estrito de Flórida) e Guantánamo, para construção de bases navais.

Durante a ocupação **norte-americana**, Cuba progredira sob vários aspectos; foi organizado e instalado um sistema educativo que se estendia da escola primária à Universidade. Vários estudantes e mestres cubanos aperfeiçoaram seus estudos em Universidades **norte-americanas**. O saneamento do país **fêz gran-**

**des** progressos e a febre amarela erradicada<sup>4</sup> Estradas e **grande** número de obras públicas foram construídas. O comércio crescera e oferecia saldos positivos, graças às tarifas especiais sobre o açúcar e outros produtos, concedidos pelos Estados Unidos.

Cuba conquistara, por fim, sua independência e ia iniciar, sob bons auspícios, sua vida soberana.

## (2) *As intervenções norte-americanas em Cuba*

Os cubanos não se exercitaram muito tempo, em paz, no seu ensaio de governo próprio. A administração Palma, não teve autoridade para conduzir as eleições em 1905 em ordem e os **norte-americanos** intervieram. Foi organizado um governo provisório pelos norte-americanos, sendo Charles Magoon designado para assumir o governo da ilha. A administração Magoon não foi muito feliz, mas as paixões políticas arrefeceram, e, em agosto de 1907, realizaram-se eleições presidenciais, sendo eleito José Miguel Gómez. Os cubanos ficavam, outra vez, senhores de seus destinos políticos.

O governo Gómez distinguiu-se pela tolerância com que tratou seus inimigos políticos, aproveitando os elementos mais capazes do país, sem indagar de seus antecedentes políticos. As paixões políticas continuaram efervescentes, impedindo o governo de administrar, convenientemente, o país.

Em 1912, foi eleito Menocal que governou com ordem e dignidade. Derrotado nas eleições de 1916, reassumiu o **governo** com o auxílio dos norte-americanos sob o pretexto de que os liberais eleitos eram germanófilos.

As eleições de 1924 foram tranquilas e imparciais e o general Gerardo Machado y Morales, saído das fileiras dos libertadores, foi eleito.

O primeiro período do governo de Gerardo Machado (1925-1933) foi construtivo e ordeiro. Embelezou Havana, estabilizou a indústria açucareira, que fornecia 80% das divisas **nacionais**, construiu uma auto-estrada, ligando Havana às principais cidades da ilha, organizou e equipou um Exército de 12.000 **homens**. Combateu o banditismo, o peculato, a corrupção e melhorou as condições de segurança da zona rural. No plano político, o Presidente soube congregar, sob a bandeira do chamado «Cooperativismo», as forças políticas do país, insistindo em condenar a reeleição, consentida pela Constituição. Aproximando-se o término de seu mandato, mudou de opinião, persuadindo o Congresso a reformar a Constituição. Aproveitando-se da reforma, Machado

reeleceu-se, em 1928, para um mandato de seis anos, apoiado pelos Partidos Conservador, Popular e Liberal, controlados por êle.

Durante esses anos, foi-se arregimentando a oposição a Machado. A princípio, era constituída de descontentes e políticos contrariados em seus interesses, nem sempre muito dignos. Depois, juntaram-se aos grupos oposicionistas os estudantes universitários, os representantes de profissões liberais e oficiais do Exército. A depressão de 1929 atingiu Cuba em cheio. O desemprego, a miséria, os altos impostos criados pelo governo para custear as obras públicas criaram uma situação favorável à eclosão de todos os ressentimentos e descontentamentos. Rebentaram motins e movimentos de ruas e o govêrno, para enfrentá-los, promulgou a Lei Marcial, sujeitou a Imprensa à censura prévia, fechou a Universidade de Havana, encarcerou e exilou os agitadores mais exaltados.

A oposição a Gerardo Machado se organizara em grupos terroristas, distinguindo-se o grupo constituído pelos estudantes, idealistas, mas tendendo, marcadamente, para a esquerda. A organização secreta mais importante era o grupo secreto A B C que, em 1933, contava com 5.000 membros, entre os quais intelectuais, estudantes, homens de negócios e mulheres, dispostos a exterminar Machado e a todos os políticos profissionais de sua espécie. Cerca da metade dos membros desse grupo estava no campo, fomentando e liderando movimentos de guerrilhas. Um dos grupos mais ativos e radicais era o O.C.C.R. que se dedicava a matar funcionários do governo, policiais e a lançar bombas contra os edifícios públicos. O Exército, também, se dividira em dois grupos: um se concentrava em torno dos oficiais mais graduados e o outro era liderado por oficiais jovens, suboficiais e sargentos. Os Comunistas cubanos, orientados por um Comité instalado em Montevideú, eram cerca de 500 e exploravam os grupos revolucionários, visando a implantar uma República Socialista Popular.

O governo dos Estados Unidos acompanhava, cuidadosamente, o desenvolvimento da situação em Cuba, sem, entretanto, intervir, diretamente, como se lhe assegurava a Emenda Platt. Dizia-se que Gerardo Machado mantinha-se no poder, contra a manifesta vontade do povo cubano, mercê do apoio das grandes corporações, que lá tinham investido 1 bilhão de dólares. Outros murmuravam que Machado era o administrador do feudalismo financeiro norte-americano.

A Herbert Hoover sucedeu Franklin D. Roosevelt e, em maio de 1933, o Secretário de Estado Summer Wells foi a Cuba

solicitar a Machado que renunciasse. Êste prometeu fazê-lo, mas logo negou-se a cumprir a palavra empenhada. O grupo A B C e outros organizaram uma greve geral, recebendo o apoio de oficiais do Exército e da Polícia. Machado compreendeu que era inútil resistir e, em 12 de agosto de 1933, fugiu de avião. Carlos Manuel Céspedes, advogado e diplomata respeitado, foi designado Presidente Provisório.

Em 5 de setembro, foi obrigado a renunciar, em face da insurreição liderada pelo Sargento do Exército Fulgêncio Batista, apoiado pelo ABC, OCCR e grupo da «Jovem Cuba». Iniciava-se, assim, a Revolução Cubana.

#### 4. REPÚBLICA DO HAITI

Entre 1870 e 1900, governaram cidadãos de tendências variadas em meio a graves perturbações políticas, desorganização financeira e negócios complexos, nos quais se incluía empréstimos ruinosos.

Em 1913, o governo haitiano negou-se a continuar pagando os serviços de uma empresa norte-americana, que havia obtido a concessão para construir uma estrada de ferro. A empresa apelou, então, para o governo norte-americano, pedindo-lhe que protegesse seus interesses no Haiti. Nessa época, o «National City Bank of New York» pressionava o Haiti, para que lhe permitisse ocupar-se da cobrança dos direitos aduaneiros, como já se fazia na República Dominicana. O governo haitiano negou-se e a filial desse Banco, no Haiti, reteve os fundos que o Tesouro do Haiti tinha em depósito. O governo haitiano, em represália, fez uma grande emissão de papel inconvertível e retirou do Banco os US\$ 20 milhões que ali depositara como garantia do meio circulante. Nessa altura, o governo dos Estados Unidos enviou, ao Haiti um navio de guerra, que apanhou e reteve, por 4 anos, US\$ 500.000 dos depósitos do Banco.

Em julho de 1914, tanto a França, como a Alemanha haviam pressionado o governo haitiano para que lhes permitisse a fiscalizar as finanças da República, a fim de protegerem os interesses dos cidadãos franceses e alemães no Haiti, havendo fundado temor de que essas Nações tomassem posse do país.

Êsses fatos, além de inquietarem a população da República, muito contribuíram para agravar a crise financeira, em que se debatia há muito, e sua crônica instabilidade política.

O trucidamento do Presidente Vilbrun pelo povo enfurecido foi o motivo pelo qual os Estados Unidos intervieram em 1915.

Em 1915, foi assinado um Tratado entre os governos do Haiti e dos Estados Unidos, ficando as aduanas da República sob fiscalização dos **norte-americanos**, os quais designaram, também, um Conselheiro para as finanças e funcionários para a **Polícia**. Os Estados Unidos se obrigaram, ainda, a cuidar do saneamento do país, da educação agrícola e industrial e a construir obras públicas **urgentes**.

Em 1918, quem exercia, **realmente**, o poder era o **conselheiro financeiro norte-americano**, mais tarde transformado em Alto Comissário, apoiado pelas forças **norte-americanas**.

Sob **êsse** governo reinou a paz interna na República e houve grande progresso. Mas houve, também, queixas dos haitianos, **notadamente** por não se ter convocado o Congresso e pelo fato de a maioria dos altos cargos públicos serem exercidos por militares **norte-americanos**.

Por outro lado, os banqueiros e homens de negócios dos Estados Unidos não tinham ficado **inativos**. Lançaram-se à exploração dos recursos naturais do país sem darem aos haitianos uma compensação adequada. Em 1929, calculava-se que os homens de empresa norte-americanos tinha investido, no Haiti, US\$ 300 milhões, sete **vêzes** mais do que em 1915.

A depressão de 1929 atingiu, profundamente, a **produção** de café, no Haiti, a qual representava 98% de suas exportações. Em consequência dessa crise econômica, houve greves estudantis e tumultos populares em todo o país. Novas forças navais norte-americanas foram enviadas para o Haiti, juntamente, com uma Comissão **Investigadora**.

Em 1930, nova Comissão Investigadora recomendou que fosse designado para Alto Comissário um civil, em vez de militar, e que os efetivos de ocupação, fossem diminuídos **progressivamente**.

Essas recomendações foram efetivadas, apesar dos protestos dos homens de empresa e, em 1934, sob a presidência de Franklin Roosevelt, retiraram-se os últimos norte-americanos do contingente de ocupação. A providência contentou, inteiramente, os nacionalistas haitianos, satisfez aos latino-americanos e mostrou que «boa vizinhança» não era uma palavra vã.

Os erros cometidos no Haiti, acrescidos dos praticados na Nicarágua, geraram pronunciada antipatia pelos norte-americanos em **tôda** a Hispano Sul-América. Para citar John Barrett: «É mister confessar, por muito que nos doa, que os métodos empregados na ocupação da República Dominicana, Nicarágua e,

especialmente, no Haiti constituíram durante muitos anos, apesar das boas intenções dos que as decidiram, num sério empecilho para que se estendesse, por **tôda** a América Latina, a influência e o prestígio dos Estados Unidos».

## 5 REPÚBLICA DOMINICANA

### a. Instabilidade política no país

Por duas vezes após conquistar a independência os dominicanos se viram sujeitos ao jugo estrangeiro: primeiro aos haitianos e depois aos espanhóis. Internamente sofreram o jugo dos déspotas nacionais; governos de caráter militarista, devorados pela ambição e **sêde** de poder. De todos o mais tristemente célebre foi o general Ulisses Heureaux (1882-1884), que seria eleito, novamente, em 1887, **mantendo-se** no poder, através de reeleições sucessivas, até 1900, quando foi assassinado. Seu governo foi despótico, mas pacífico; extinguiu as insurreições com a supressão do direito de voto e de liberdade. No seu governo, **entretanto**, desenvolveram-se a agricultura e as indústrias e surgiram as primeiras estradas de ferro. Permitiu, porém, que milhares de trabalhadores negros analfabetos, falando inglês ou francês, vindos de outras ilhas das Antilhas, entrassem no país, fazendo concorrência aos trabalhadores dominicanos, uma vez que se contentavam com qualquer salário. Reduziu-se, portanto, ainda mais, o padrão de vida da população e agravou-se o problema educacional da República.

Os sucessivos governos de Heureaux legaram ao país uma complicada dívida pública, contraída através de empréstimos de banqueiros norte-americanos e europeus, a tal ponto que, ao deixar o governo, em 1899, não se sabia o montante dessa dívida e quanto se tinha pago. Sabia-se, entretanto, que as rendas das alfândegas estavam sendo administradas, desde 1888, pela «Caisse General de Regie», representante dos credores estrangeiros, com atribuições para arrecadar os impostos e reter a importância necessária ao pagamento da amortização da dívida pública.

Houve desacordo entre os credores europeus e norte-americanos quanto ao pagamento dessa complicada dívida, agravado pela contínua instabilidade política dos governos dominicanos.

### b. As intervenções norte-americanas

Por essa época, os Estados Unidos, vitoriosos na guerra contra a Espanha, tinham anexado as Filipinas e Porto Rico,

assumido a proteção de Cuba, adquirido a Zona do Canal no Panamá, e mergulhado em cheio na intrincada política internacional. As novas possessões e as responsabilidades contraídas pareciam exigir que assegurassem o seu domínio sobre o Mar do Caribe, até transformá-lo no Mediterrâneo norte-americano. E para realizarem essas novas concepções políticas era necessário se anteciparem às ações das potências europeias e asiáticas, que tinham interesses políticos e económicos de vulto no Caribe. A competição japonesa-russa, os propósitos da jovem e poderosa Alemanha, que chegara atrasada à partilha das áreas coloniais no mundo, mas não se conformara com a exclusão decorrente disso, a tensão no Marrocos, a penetração que vinham realizando no Extremo Oriente, tudo indicava que estava em jôgo a segurança dos Estados Unidos e, até mesmo, seu futuro como grande nação. O Presidente Theodor Roosevelt (1901-1909) compreendeu a situação e aceitou o desafio que representava.

Theodor Roosevelt estava informado de que a situação da República Dominicana chegara a um ponto crítico, exigindo soluções drásticas. Sabia que as obrigações da República Dominicana, no exterior, ascendiam a US\$ 340 milhões e suas rendas anuais não bastavam para atender o serviço de amortização dessa dívida; que os credores europeus exigiam seus pagamentos, ou direito de controlar as fontes de arrecadação para se pagarem. Os planos de Roosevelt para intervir na República Dominicana não foram aceitos pelo Congresso, mas aproveitando-se das suas atribuições de Cmt-em-chefe das Forças Armadas, enviou a São Domingos uma pequena força naval. O Cmt desta força naval, de comum acordo com o Presidente eleito, passou a atuar como arrecadador das rendas públicas. Os funcionários norte-americanos conseguiram diminuir o montante da dívida externa e o Congresso americano ratificou, em 1907, um Tratado pelo qual os Estados Unidos, se necessário, prestariam ajuda a São Domingos para manter a ordem pública, tomariam a cargo a administração de suas finanças, regularizariam suas obrigações com credores externos e internos e garantiriam a independência e a integridade do território da República.

A situação evoluiu, normalmente, até 1916, quando assumiu a Presidência, em caráter provisório, o Dr. Henriquez Carvajal, que não quis aceitar o Conselheiro Financeiro dos Estados Uni-

dos e se recusou a firmar qualquer documento, que garantisse o cumprimento das disposições da Convenção de 1907. O governo dos Estados Unidos recusou o reconhecimento do governo de Carvajal, enviou a São Domingos uma força naval e designou seu Comandante, o Capitão Knapp, para governar, provisoriamente, a República. O governo nacional desapareceu e a nova administração restabeleceu a ordem pública, ativou a produção e reorganizou as finanças do país, tendo oportunidade de verificar, que pelo menos 110 milhões da dívida externa eram fraudulentos.

A ocupação norte-americana, entretanto, não se fêz sem protestos, os quais recrudesceram, em 1920 mas, somente no governo de Harding, em 1922, chegou-se a um acordo: designar-se-ia um Governo Provisório, que realizaria as reformas institucionais julgadas necessárias e convocaria eleições para organizar o governo definitivo. As funções executivas e policiais seriam devolvidas aos dominicanos, mas os contratos firmados com os norte-americanos seriam revalidados e forças dos Estados Unidos permaneceriam, por mais algum tempo em porto do território de São Domingos, até que fossem pagos os títulos emitidos. Em setembro de 1924, os últimos marinheiros norte-americanos deixaram São Domingos e a República ingressou na Liga das Nações.

Em 1925, a convenção de 1907 foi substituída por um tratado em que os Estados Unidos concediam à República Dominicana um empréstimo de US\$ 250 milhões, dos quais 110 milhões se destinavam às obras públicas. As rendas das alfândegas continuavam sendo administradas por um funcionário norte-americano, até que fosse pago o novo empréstimo. Permanecia a proibição de aumento da dívida nacional sem autorização dos Estados Unidos.

Em 1930, o general Rafael Leonidas Trujillo, depois de depor o Presidente Vasquez, foi eleito e assumiu o governo, o qual dominou direta ou indiretamente, através de prepostos seus, até 1960. Depois de assumir a Presidência, Trujillo consagrou seu maior esforço para se manter no poder, através de uma ditadura, que se destacou pelo seu despotismo e crueldade. A oposição foi varrida por uma repressão desapiadada e tudo mais passou a depender dele: Congresso, Imprensa, Partidos Políticos e os direitos mais mezinhas do cidadão. Desenvolveu o sistema de viação, embelezou a capital, que tomou seu nome, atraiu turistas, estimulou a produção de algodão, tabaco, café, etc. . . No seu em-

penho de enriquecer, rápida e facilmente, associou-se a várias empresas agrícolas, industriais e comerciais e as protegeu, utilizando suas atribuições de Chefe de Estado. O governo dos Estados Unidos ficou em situação difícil: não podia apoiar, sistematicamente, sua maneira de governar, nem se opor abertamente a ela, apesar do rápido crescimento da dívida flutuante dominicana e de certos impostos fugirem à fiscalização do «arrecadador geral». A solução viria, em 1940, quando o «arrecadador geral» retirou-se para os Estados Unidos, em face das disposições do novo Tratado, assinado com o governo de Manuel Troncoso (1940-1942), que extinguiu a Convenção Aduaneira de 1924, voltando a arrecadação das Alfândegas a ser feita pelo governo dominicano.

### 3ª FASE — TEMPOS CONTEMPORÂNEOS

#### 1. A REVOLUÇÃO MEXICANA

A Revolução Mexicana se iniciou, praticamente, com o programa de Francisco Madero, em 1910, e a Constituição de 1917. Mas só se cristalizou, depois de 1930, com os governos de Pascual Ortiz Rubio (1930-1932), de Abelardo Rodrigues (1932-1934), do general Lázaro Cárdenas (1934-1940) e Manuel Ávila Camacho (1940-1946).

Pascual Ortiz Rubio, eleito em 1929, anunciou que continuaria a reforma agrária, pagando a devida indenização aos proprietários das terras expropriadas, impor novas restrições à Igreja e respeitaria a propriedade de estrangeiros fixados no país. Enfrentou de início os efeitos da depressão mundial, agravados pelas más colheitas de 1929. Apesar dos tempos duros, o Presidente promulgou um novo Código de Trabalho e continuou a distribuição de terras confiscadas.

As relações com a Igreja foram difíceis mas conseguiu vencer a oposição do clero e do Papa Pio XI. O clero católico viu-se obrigado a cumprir as leis de registro, a aceitar as expropriações de seus bens e a transformação de suas Igrejas e Conventos em escolas e centros recreativos, continuando tensas suas relações com o governo. No plano internacional a República do México ingressou, em outubro de 1931, na Liga das Nações, ressaltando «que nunca havia admitido o acordo regional, mencionado no artigo 21 do Convênio». Significava isso que o México não reconheceu a Doutrina de Monroe. Em setembro de 1932, o Presidente, tendo tropeçado com dificuldades em seu gabinete, renunciou, sendo eleito pelo Partido Revolucionário Nacional o general Abelardo Rodríguez. Em 1933, o Congresso conferiu ao Presidente Abelardo Rodríguez amplos poderes para executar o «Plano Sexenal», aprovado por Convenção do Partido Revolucionário Nacional. O Plano, de tendências socialistas, visava a elevar o nível de vida das classes humildes fixar um salário mínimo para os operários, estimular a educação, acelerar a reforma agrária, executar um programa de obras públicas e me-

thorar as relações internacionais da República. O Presidente iniciou logo a execução do Plano **Sexenal**. Obrigou os governadores de Estado a cumprir as leis de distribuição de terras, fixou o salário mínimo, beneficiando 2,5 milhões de operários agrícolas e federalizou a indústria de energia **elétrica**. Em 1934, iniciou-se a «socialização de educação» passando todas as Escolas a dependerem do Estado, incluindo a Universidade Nacional.

Em julho de 1934, foi eleito pelo Partido Revolucionário Nacional, o partido oficial, o general Lázaro Cárdenas, de 39 anos, mestiço, que tinha, apenas, o curso **primário**. Apoiado pelos jovens do Partido Revolucionário Nacional alijou de sua direção os velhos dirigentes e o transformou no Partido Revolucionário Mexicano, do qual foi o chefe incontestado.

Reestruturado o Partido oficial, o general Lázaro Cárdenas, apoiado pelo Exército e os Sindicatos **operários**, iniciou a execução do seu programa de governo. Afrouxou as restrições impostas à Igreja e estimulou a educação de tal forma, que, ao terminar seu governo, o número de matrículas nas escolas primárias subira de 14 para 18 milhões e a taxa de analfabetos baixara de 55% para **45%**. No que respeita à reforma agrária, nacionalizou terras de propriedade de estrangeiros e distribuiu-as a 33.800 famílias, organizadas em Sociedades Agrícolas dispondo de créditos **suficientes**.

Por decreto de março de 1938, expropriou 17 Companhias petrolíferas norte-americanas e inglesas, das quais as principais eram a Standard Oil, a Sinclair e a Royal Dutch, com investimentos calculados entre 100 e 400 **milhões** de dólares, que se tinham negado a cumprir a sentença da Junta Federal de Conciliação e **Arbitragem**, num dissídio trabalhista com seus operários, que exigiam melhores salários.

A indústria petrolífera, no México, entrou em crise. À Inglaterra rompeu suas relações com o México e os proprietários das Companhias petrolíferas se valeram de todos os recursos legais para obterem reparação. Mas o governo mexicano, apoiado pelo povo e até mesmo pelo clero católico, tão perseguido, se manteve irreduzível. O presidente Franklin D. Roosevelt e o Secretário de Estado Cordell Hull intervieram, **diplomáticamente**, mas a Corte do México, por decisão unânime, aprovou o Decreto de expropriação.

Em 1940, as Companhias petrolíferas aceitaram o pagamento de indenização proposta pelo governo mexicano e, em compensação, o México recebeu empréstimo para estabilizar o **pêso nacional**.

O governo do Presidente Roosevelt, numa demonstração de boa vontade para com o México, resolveu aumentar as compras de prata, e o governo do México, em reciprocidade, concordou em indenizar as expropriações de terras, pertencentes a cidadãos norte-americanos, desde 1927.

Os Sindicatos operários, durante o governo do general Lázaro Cárdenas, gozaram de grande influência política. No último ano de seu governo, Cárdenas **enfrentou** a oposição dos poderosos sindicatos de ferroviários e operários petrolíferos.

Em 12 de setembro de 1940, foi eleito o general Manuel Ávila Camacho do Partido Revolucionário Mexicano, depois de ardorosa campanha eleitoral. Constava do programa de Camacho o estímulo ao desenvolvimento econômico, reequipamento das Forças Armadas, implantação do Serviço Militar Obrigatório, a execução de um **novo** Plano Sexenal, concessão de direitos civis às mulheres e manutenção de boas relações com os Estados Unidos.

Em 1941, haviam decorridos trinta anos, desde que Francisco Madero pregou uma linha política oposta a que vinha executando Porfírio Diaz. Durante **esse** período, o México fizera grandes progressos, apesar das insurreições, da controvérsia religiosa, da pressão estrangeira. Realizara-se uma Revolução, que estava longe de encerrar-se, concebida e executada por mexicanos, atentos à realidade política do país. Os resultados talvez fossem menores do que os esperados, mas bastaram para desenvolver no povo uma viva consciência **nacional**, o orgulho pela cultura nativa, a confiança na capacidade para autogovernar-se e uma grande altivez e **independência** em face de qualquer pressão estrangeira. O operariado se organizara, se instruirá e adquirira melhores padrões de vida, os rurícolas trabalhavam, em grande número, em suas próprias propriedades e mesmo os índios se sentiam filhos da comunidade nacional. **Fôra** superado, em definitivo, o feudalismo ibérico e o imperialismo colonialista por um sadio movimento de massas, que repelira o comunismo e o fascismo e aspira a implantar, em seu país, um padrão de vida democrático, socialmente justo, próspero e plenamente soberano.

O México é hoje, uma República Federal, Representativa e **Presidencialista**. O Presidente é eleito por seis anos, mediante sufrágio direto e universal, inclusive o dos analfabetos. Formalmente, há cinco partidos registrados. Destes, apenas, três, têm representantes no Congresso e dos três, somente o Partido Revolucionário Institucional, o Partido Oficial, tem expressão política,

de fato, contando com todos os Senadores e todos os Governadores de Estado, Territórios e do Distrito Federal.

O Partido Revolucionário Institucional, organizado, em 1946, é o resultado das transformações, que veio sofrendo o Partido Nacional Revolucionário, fundado por Plutarco Elias Calles, em 1929, transformado em Partido Revolucionário Mexicano por Lázaro Cárdenas, em 1938. O Partido Revolucionário Institucional marcou o fim da era do caudilhismo guerreiro ou demagógico e traduz a paz política que, afinal, se instalou na conturbada evolução institucional da República. Sustenta-se, apoiada no povo, nos operários e nos camponeses, arregimentados respectivamente, na Confederação Nacional das Organizações Populares (C.N.O.P.), na Confederação Nacional do Trabalho (C.M.T.), e na Confederação Nacional Camponesa (C.N.C.). O Partido Revolucionário Institucional é a expressão eleitoral da Revolução, cabendo-lhe escolher o candidato à Presidência da República e fazer a coordenação entre este e as forças que sustentam e continuam a Revolução.

A Organização Sindical está integrada na estrutura do Partido Oficial. Participa da vida política, como uma força ativa e disciplinada, e da vida social, como órgão de defesa dos interesses de cada classe. Como toma parte ativa na elaboração da política trabalhista do governo, é de seu próprio interesse manter a paz social. As greves são propostas à Justiça do Trabalho e, somente, as autorizadas por ela são deflagradas.

O Exército, depois de haver conturbado a vida política do país, perdeu importância política-partidária, mas ganhou sua verdadeira dimensão institucional. Não faz política partidária, porque não precisa fazê-la. Hoje, é uma parcela do Poder Nacional, com larga influência na estrutura do Partido Oficial e, intimamente, entrosado na engrenagem do Poder do Estado. Nenhum Presidente do México precisa consultar os órgãos do Exército para tomar decisões administrativas ou de rotina, mas nenhum ousaria deixar de fazê-lo quando ela pode afetar os destinos e a sobrevivência da Nação.

A Reforma Agrária foi um dos objetivos permanentes da Revolução, desde 1910. Os resultados não são espetaculares. havendo, ainda, latifúndios e minifúndios remanescentes. Entretanto, a grande maioria dos rurícolas foi libertada, física e politicamente, da condição anterior de servo da terra. Há falta de créditos, de assistência técnica, de máquinas e implementos agrícolas, de adubos e sementes, de organização para armazenamento e escoamento da produção. Mas a Reforma continua.

## CONCLUSÃO

Dos objetivos primaciais da Revolução, estabelecidos, em 1910, por Francisco Madero, em sua luta contra o continuismo de Porfirio Díaz foram, sem dúvida, alcançados: a não reeleição do Presidente da República; o estabelecimento do regime representativo popular; completa separação entre a Igreja e o Estado e a eliminação das influências políticas e econômicas da primeira; parcelamento e distribuição da maioria dos latifúndios existentes no país, de propriedade de nacionais ou estrangeiros; proteção à propriedade individual; atendimento das mais prementes reivindicações dos operários, camponeses e índios; erradicação do caudilhismo guerreiro ou demagógico; recuperação e preservação de muitos recursos naturais, alienados em épocas anteriores e sua exploração por capitais nacionais. Os teóricos da democracia formal caracterizam o governo do México como uma Ditadura Constitucional, na qual o Ditador tem um período limitado de governo. Prefiro vê-lo, porém, sob o «critérios, apontados por Simon Bolívar, para o melhor governo. E sob este ponto de vista é um bom governo, pois, tem estabilidade e eficiência. Talvez o México não tenha o governo que imaginou o utópico Lorenzo Zavalla, ou o «patrício» José Luiz Mora. Mas tem, sem dúvida, um regime compreendido e aceito pela maioria dos mexicanos, que deu ao México trinta anos de estabilidade política e de crescente prosperidade. Não é uma criação do idealismo utópico, de espertos profissionais da política, uma cópia servil, ou adaptada, de um figurino constitucional importado de país desenvolvido. É o resultado de lutas sangrentas e prolongadas, de conflitos sociais e políticos do passado, que nasceu e cresceu, dolorosamente, de necessidades prementes e direitas e de experiências sucessivas e renovadas, que continuam sendo vividas e corrigidas. O Estado Mexicano atual não é, certamente, o coroaamento da obra revolucionária, feita de avanços, recuos e paradas, ao longo dos decênios, mas uma etapa dela, rica em conteúdo político social e carregada de originalidade.

A Revolução Mexicana, a primeira que revelou as forças complexas e as perspectivas novas que agitam a América Latina, é uma experiência original, um fenômeno ímpar, digno de estudo e de meditação. Diferente da Revolução Cubana, que se desvirtuou sob pressões externas, transformando-se num marco da guerra fria, entre o Ocidente e o Oriente, a Revolução Mexicana se manteve dentro de sua filiação histórica e das características do povo mexicano, como exemplo concreto, na América Latina,

da convivência tão difícil, entre a democracia política e a democracia econômica, entre o bem-estar coletivo e o individual.

## 2. A REVOLUÇÃO CUBANA

Deposto o governo de Carlos M. Céspedes, assumiu o poder o Governo da Pentarquia, constituído por uma Junta de cinco membros sob a chefia do Dr. Ramon Grau San Martin, professor universitário de real merecimento, apoiado pelas sociedades secretas e os grupos militares, liderados pelo sargento-taquígrafo, servindo no Estado-Maior, Fulgêncio Batista y Zaldivar, com tendências comunistas. Em 10 de setembro de 1933, a Junta designou o Dr. Grau San Martin, Presidente da República, em face da anarquia política reinante no país. O México, a Espanha, o Uruguai e o Panamá reconheceram o novo governo, mas os Estados Unidos se negaram a fazê-lo.

O radicalismo do governo de Grau San Martin se foi acentuando, com o correr dos tempos. Determinou que, em todas as empresas, 50% dos operários fossem cubanos e interveio na Companhia Elétrica Cubana, propriedade norte-americana. Estimulados por essas medidas, os cubanos começaram a se apoderar de usinas de açúcar, em sua maioria propriedades estrangeiras, e a intranquilidade ganhou as áreas de produção. Mas ninguém estava satisfeito. Os estudantes, os operários, os elementos do Exército, que o apoiavam, pediam-lhe cada vez mais e negavam-lhe o direito de negociar com governos estrangeiros, em busca de ajuda e cooperação. Era o nacionalismo xenófobo, enchendo as ruas, as fábricas, os campos de gritos e imprecações, mas incapaz de ordenar, organizar e construir. Apelou, como sempre, para o meio mais cómodo: a insurreição. Em janeiro de 1934, o então Coronel Fulgêncio Batista y Zaldivar, chefe do Exército Constitucional destituiu-o e, pura e simplesmente, designou Presidente o engenheiro Carlos Héiva, que ocupou o cargo por 72 horas, sendo substituído, ainda por decisão de Fulgêncio Batista, pelo Coronel Carlos Mendieta, veterano da Guerra da Independência.

Os estudantes, os radicais jovens e os comunistas se opuseram, vivamente, ao novo Presidente. Mas o grupo do A.B.C., os homens de negócios cubanos e norte-americanos e o Exército o acolheram com entusiasmo, bem como o governo dos Estados Unidos, que, prontamente, o reconheceu. O governo de Carlos Mendieta teve de enfrentar greves estudantis, distúrbios operários, crises no Ministério, motins, mas, apoiado por Fulgêncio Batista, superou todas as dificuldades. Depois de várias postergações, as eleições se realizaram, em janeiro de 1936, sendo eleito

o representante da coligação dos nacionalistas, republicanos e liberais, Dr. Miguel Mariano Gomez, que se manteve no poder enquanto Batista o apoiou; obrigado por ele a renunciar, passou o governo a Federico Bru.

Em julho de 1937, Fulgêncio Batista anunciou um amplo plano de reformas para ser realizado em três anos. O Estado interviria na produção de açúcar, de tabaco, petróleo e minerais e regulamentaria os aluguéis e salários. Concederia aos plantadores de cana-de-açúcar uma moratória para pagamento de suas dívidas e facilitar-lhes-ia créditos e outros estímulos para que produzissem. Conciliaria os dissídios entre empregados e empregadores e melhoraria as condições de vida dos trabalhadores, construindo moradias e escolas e instalando cooperativas de consumo. O lema das reformas era: «Cuba para os cubanos». A execução desse programa foi iniciada mas, menos de um ano depois, foi suspensa, porque os grandes proprietários e comerciantes cubanos resistiram, os capitais estrangeiros abandonavam, em massa, o país e se aproximavam as eleições. Estas se realizaram, em novembro de 1939, e o resultado das eleições foi desfavorável a Batista, contrariando suas aspirações à Presidência da República. Em consequência, Batista começou a se aproximar dos grupos comunistas e falangistas, buscando o apoio de seus deputados, mediante hábeis concessões. Tendo ganho o apoio desses grupos o coronel Fulgêncio Batista y Zaldivar foi eleito, pela Assembleia Constituinte, por esmagadora maioria, Presidente da República. Tomou posse, em 10 de outubro de 1940, no mesmo dia em que foi promulgada a nova Constituição.

Entretanto, as relações com os Estados Unidos tinham melhorado. Em 29 de maio de 1934, por acordo, entre os governos de Cuba e dos Estados Unidos, a «Emenda Platt» fôra revogada, firmando-se um novo Tratado. A base de «Baía Honda» fôra restituída a Cuba, permanecendo, entretanto, sob controle norte-americano a de Guatánamo. O governo cubano deu franca cooperação ao dos Estados Unidos nas Conferências do Panamá, de Havana e do Rio de Janeiro. Confiscou os navios das Potências do Eixo em portos cubanos e foi dos primeiros países a declarar-lhes guerra.

Os interesses norte-americanos, em Cuba, eram vultosos, representando 54% das refinarias de açúcar a 80% do capital das restantes, 90% das reservas de minérios de ferro, os grandes hotéis, cassinos e os investimentos subiam a mais de 1 bilhão de dólares. Era, também, importante para Cuba manter boas relações com os Estados Unidos, que lhe compravam 75% de suas expor-

tacões, funcionavam como seus banqueiros e alimentavam sua indústria turística, importante fonte de divisas.

Em 10 de outubro de 1944, o Dr. Ramon Grau San Martin, eleito nas eleições desse ano, assumiu o poder, passando-o, em 1948, a Prio Socarrás, escolhido em eleições livres. Em 1952, o general Fulgêncio Batista y Zaldivar depôs Prio Socarrás e era eleito Presidente sem oposição. Iniciou, assim, um governo autoritário, que não tinha sequer a justificá-lo o cunho de honestidade dos anteriores. Ríspida e corrupta, a ditadura Batista descontentou a todos, inclusive aos Estados Unidos, e abriu uma larga brecha na Revolução Cubana, por onde penetrou o Partido Comunista, ávido por explorar suas contradições em proveito de seus objetivos na luta contra as Potências Ocidentais.

A oposição a Batista dividiu-se então em dois campos principais: o «insurrecionista» e o «eleitoralista». O primeiro acreditava que a luta armada era o único meio de derrubar o usurpador, e foi o responsável pelas insurreições, lideradas por Garcia Barcena, em 1953, pelo coronel Ramon Barquin, em 1956, nas quais tomou parte Fidel Castro, que liderou o ataque ao forte Moncada, em 1953, e a «Invasão» de dezembro de 1956. O segundo usava meios pacíficos, procurando criar condições para realização de eleições gerais e foi, progressivamente, absorvido pelo primeiro.

### CONCLUSÃO

À Revolução Cubana se iniciara em 1932, com o programa do A.B.C. reivindicando o desenvolvimento e a proteção das pequenas propriedades rurais, a eliminação gradual dos latifúndios, a nacionalização das empresas de serviços públicos, a limitação das concessões aos estrangeiros e o tratamento preferencial para os cubanos. Em 1935, o Partido Revolucionário Cubano, o Autêntico, fundado e chefiado por Ramon Grau San Martin, baseava seu programa na trindade «nacionalismo, socialismo, anti-imperialismo». Em 1947, Eduardo Chibas dividiu o Partido Revolucionário Cubano, fundando o Partido do Povo Cubano, o Ortodoxo, advogando, ainda, uma reforma agrária limitada às grandes propriedades, a nacionalização das empresas de eletricidade e telefones. Fidel Castro era membro do Partido Ortodoxo e no seu «A História me absolverá» e «Manifesto nº 1», nos quais lançou os fundamentos do «Movimento de 26 de julho», declarava, que era um ortodoxo. «fiel aos mais puros princípios de Chibas». Em 1958, Fidel Castro e os comunistas já ocupavam a mesma frente e, em 1960, já estavam fundidos. Em 1º de maio de 1961, Fidel Castro decla-

rava que «Cuba era um Estado Socialista», transformado, acrescentamos nós, em «Cavalo de Tróia» no seio da família pública das Américas.

A Revolução Cubana é bem a antítese da Revolução Mexicana. Enquanto a segunda, mantendo-se fiel às suas origens e tradições históricas, se transformou numa solução válida para a problemática política latino-americana, a primeira abandonou sua filiação nacionalista, ao pêsso das injunções internas e se constituiu na maior ameaça à possibilidade, que as nações latino-americanas defrontam, de conquistarem plena, completa e autêntica independência.

## BIBLIOGRAFIA

- LEVENE, Ricardo  
MOORE, David R.  
FRANK, Waldo  
VILLANUEVA, A.
- PEREYRÀ, Carlos  
POMBO, Rocha  
PEARCE, W. W.  
SAMHABER, ERNST,  
RAVINES, Eudócio
- VASCONCELOS, José  
NICHOLS, R. F.
- NEHEMKIS, Peter  
DRAPER, THEODORE
- ALEXANDER, Robert J.  
BARBAGELATA, Hugo D.  
KAREN, Ruth
- História das Américas — vols. 7 e 11  
— História de La América Latina  
— América Hispânica  
— Resumen de la Historia General de América  
— Breve Historia de América  
— Compêndio de História da América  
— Hispanic American History  
— Biografia de um Continente  
— América Latina, um Continente em Erupción  
— Breve História de México  
— Os Estados Unidos de Ontem e de Hoje  
— América Latina, Mito e Realidade  
— Marxismo no Mundo Moderno, Casticismo  
— Aspectos Políticos da América Latina  
— História de L'Amérique Espagnole  
— Os Bastidores das Américas,